

**RIO GRANDE DO NORTE, SEGUNDA-FEIRA, 06 DE NOVEMBRO DE 2023 - ANO: VI - Nº: 1771**

CÂMARA MUNICIPAL DE JACANÃ

## PORTARIA

### Portaria nº 44/2023

Jaçanã - RN, 03 de novembro de 2023.

O Tesoureiro da Casa Legislativa Vereador Antônio Gregório de Medeiros, o Sr.º Pedro Henrique Silva Oliveira, no uso de suas atribuições legais, baseado no Regimento Interno e no Decreto Legislativo 002/2022;

Resolve:

Art. 1º - Conceder adiantamento de 4 (quatro) diárias, no valor unitário de R\$ 1.469,74 (Um mil quatrocentos e sessenta e nove reais e setenta e quatro centavos) e valor total de R\$ 5.878,96 (Cinco mil oitocentos e setenta e oito reais e noventa e seis centavos), ao Sr. Presidente, Victor Nascimento dos Santos, para custear suas despesas durante deslocamento até a cidade de Brasília/DF, para participar do Congresso Nacional de Gestores e Legislativos Municipais - UVB 59 Anos, que acontecerá no período de 07 de outubro de 2023 a 10 de outubro de 2023.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Jaçanã/RN, 03 de novembro de 2023.

Pedro Henrique Silva Oliveira

**Publicado por:** Victor Nascimento dos Santos  
**Código Identificador:** 22252850

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA

## TERMO

### TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2023

#### TERMO DE ADJUDICAÇÃO

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2023 - SRP**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 085/2023**

**OBJETO:** REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE INTERIORES, ARQUITETÔNICOS DE ENGENHARIA E FISCALIZAÇÃO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA/RN.

ADJUDICAMOS, os vencedores do Pregão Eletrônico nº 006/2023-SRP, realizado em 27 de outubro de 2023, a saber:

**1. ATRIUM ENGENHARIA LTDA.**

CNPJ: 49.817.509/0001-10

Vencedora no Lote 02: Elaboração de projetos de arquitetura e engenharia.

VALOR GLOBAL: R\$ 8.100,00 (oito mil e cem reais);

**2. PRIME ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA.**

CNPJ: 41.447.198/0001-33

Vencedora no Lote 03: Fiscalização de Obra.

VALOR GLOBAL: R\$ 7.850,00 (sete mil oitocentos e cinquenta reais);

Lagoa Nova/RN, 31 de outubro de 2023

**LOURIVAL FRANCISCO DA SILVA OLIVEIRA**

Presidente da Câmara Municipal

**Publicado por:** Lourival Francisco da Silva

RIO GRANDE DO NORTE, SEGUNDA-FEIRA, 06 DE NOVEMBRO DE 2023 - ANO: VI - Nº: 1771

Código Identificador: 02663864

e cinquenta reais);

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA

## HOMOLOGAÇÃO

### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2023-SRP

Lagoa Nova/RN, 31 de outubro de 2023

#### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2023 – SRP**

Presidente da Câmara Municipal

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 085/2023**

**OBJETO:** REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE INTERIORES, ARQUITETÔNICOS DE ENGENHARIA E FISCALIZAÇÃO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA/RN.

HOMOLOGO pelo presente termo, para que surta os seus efeitos legais, o julgamento do pregoeiro e equipe de apoio, referente à licitação do tipo Pregão Eletrônico nº 006/2023 - SRP, com início em 06 de outubro de 2023 e sessão realizada em 27 de outubro de 2023, nos termos do artigo 71, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21, mantendo a adjudicação exarada no processo licitatório proveniente da licitação supramencionada, em favor das empresas relacionadas a seguir:

**1. ATRIUM ENGENHARIA LTDA.**

CNPJ: 49.817.509/0001-10

Vencedora no Lote 02: Elaboração de projetos de arquitetura e engenharia.

VALOR GLOBAL: R\$ 8.100,00 (oito mil e cem reais);

**2. PRIME ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA.**

CNPJ: 41.447.198/0001-33

Vencedora no Lote 03: Fiscalização de Obra.

VALOR GLOBAL: R\$ 7.850,00 (sete mil oitocentos

#### LOURIVAL FRANCISCO DA SILVA OLIVEIRA

Publicado por: Lourival Francisco da Silva  
Código Identificador: 41128460

CÂMARA MUNICIPAL DE MACAU

## PORTARIA

### PORTARIA Nº195/2023 - CMM - Faz Nomeação de Cargo de ASSESSOR PARLAMENTAR, e dá outras providências

O Presidente em exercício da Câmara Municipal de Macau, Robson Kelly Costa Pereira, no uso de suas atribuições legais,

#### RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a Sr(a). JANETE SILVA DO NASCIMENTO LEONEZ, nas atribuições inerentes ao cargo comissionado de Assessora Parlamentar lotada no Gabinete do vereador Oscar José Paulino de Souza na Câmara Municipal de Macau/RN

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Macau/RN, 06 de novembro de 2023.

Robson Kelly Costa Pereira

Presidente da Câmara Municipal de Macau/RN

Biênio 2023/2024



## RIO GRANDE DO NORTE, SEGUNDA-FEIRA, 06 DE NOVEMBRO DE 2023 - ANO: VI - Nº: 1771

### TERMO DE CIENCIA E POSSE

Em ato do Presidente da Câmara Municipal de Macau, conforme a Lei nº1.389, de 27 de dezembro de 2022, em seu Art. 21. Fico Ciente, assino, dou fé e, ao mesmo tempo, assumo o referido cargo, cômso das responsabilidades e dos encargos a ele conferidos.

JANETE SILVA DO NASCIMENTO LEONEZ

Publicado por: Helder Marques de Araújo  
Código Identificador: 87356770

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTANHAS

### PORTARIA

#### PORTARIA Nº 010/2023-GP

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTANHAS/RN, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no Regimento Interno desta Casa Legislativa e Lei Orgânica do Município, que dispõe sobre o quadro de pessoal da Câmara Municipal de Montanhas;

### RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, BÁRBARA REGINA DE SOUZA MOREIRA, portadora do CPF nº 018.XXX.604-XX, do cargo de provimento em comissão de AUXILIAR ADMINISTRATIVO da Câmara Municipal de Montanhas/RN;

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de novembro de 2023;

Art. 3º - REVOGAR as disposições em contrário.

Dê-se ciência. Registre-se. Cumpra-se. Publique-se.

GABINETE DO PRESIDENTE DO PODER LEGISLATIVO.

Montanhas/RN, em 03 de novembro de 2023.

RONALDO MOREIRA DE OLIVEIRA

Presidente da Câmara Municipal de Montanhas/RN

Publicado por: Ronaldo Moreira de Oliveira  
Código Identificador: 85862404

CÂMARA MUNICIPAL DE PARELHAS

### AVISO

#### AVISO DO RESULTADO DA HABILITAÇÃO

Processo nº 034/2023

Tomada de Preços nº 001/2023

O Presidente da Comissão Permanente de Licitação torna público o resultado da fase de habilitação referente a Tomada de Preços nº 001/2023, nos seguintes termos:

"(...) CPL proclama o resultado final da fase de habilitação concluiu-se pela INABILITAÇÃO das empresas: "Inicialmente constatou-se que a empresa CONSTRUSOL EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS EIRELI-ME, não cumpriu o item 4.1.1 do Edital (art. 22, parágrafo II da Lei 8.666/93, em seguida a CPL, constatou que as empresa CONSTRUTORA REALIZAR EIRELI, MFA CONSTRUÇÕES LTDA e MARASKA CONTRUÇÃO LTDA deixaram de apresentar a declaração do item 6.1.3.5, letra "a" do edital, e logo em seguida a CPL analisou os argumentos apresentados pelo representante da empresa DANTAS E FIGUEIREDO LTDA, acerca da qualificação técnica das empresas CARVALHO CONSTRUÇÃO COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI, WM EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA, MORLIS LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA EIRELI, CONSTRUTORA M&SILVA LTDA, E&M ADMINISTRAÇÃO DE IMOVEIS E CONSTRUÇÕES LTDA, CONSTRUTORA REALIZAR EIRELI, RENOVAR CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, MARASKA CONTRUÇÃO LTDA, CONSTRUSOL EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS EIRELI-ME, nessa fase a análise dos referidos argumentos contou com a participação do engenheiro responsável pelo projeto básico o Sr GERBESON CARLOS BATISTA DANTAS - CREA/RN nº 211979222-4, desse modo a CPL concluiu que assiste razão a empresa DANTAS E FIGUEIREDO LTDA, uma vez que o acervo técnico

## RIO GRANDE DO NORTE, SEGUNDA-FEIRA, 06 DE NOVEMBRO DE 2023 - ANO: VI - Nº: 1771

apresentado pelas empresas questionadas não cumpriram com o item 6.1.4.1.2.2 de modo parcial ou total impedindo assim o reconhecimento de que a qualificação técnica fosse suficientemente demonstrada. Com base nos argumentos acima, a CPL por unanimidade dos seus membros concluiu pela INABILITAÇÃO das empresas CARVALHO CONSTRUÇÃO COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI, WM EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA, MORLIS LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA EIRELI, CONSTRUTORA M&SILVA LTDA, E&M ADMINISTRAÇÃO DE IMOVEIS E CONSTRUÇÕES LTDA, CONSTRUTORA REALIZAR EIRELI, RENOVAR CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, MARASKA CONTRUÇÃO LTDA, MFA CONSTRUÇÕES LTDA e CONSTRUSOL EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS EIRELI-ME, com no princípio da vinculação ao instrumento convocatório, uma vez que as referidas empresas deixaram de cumprir a regras do edital, ao passo que declarou a empresa DANTAS E FIGUEIREDO LTDA, HABILITADA no presente certame pelo cumprimento das regras editalícias (...)"

Ficam as empresas acima nominadas intimadas, para, querendo, apresentarem Recurso Administrativo nos termos do art. 109, I, "a" da Lei nº 8.666/93.

Parelhas RN, 03 de novembro de 2023

Ivanildo Ferreira de Souza

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

**Publicado por:** WALQUIRIA DE SOUZA ARAUJO  
**Código Identificador:** 23816483

### CÂMARA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA **PORTARIA**

#### **POTARIADE DIARIA Nº 034/2023**

A CHEFE DE GABINETE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA - RN, no uso de suas atribuições que confere a Lei Orgânica do Município,

**R E S O L V E:**

Art. 1º - Conceder ao Sr. ANTOMAR AUGUSTO OLIVEIRA DA CÂMARA, ocupante do cargo de PRESIDENTE da Câmara Municipal de Pedra Preta/RN, CPF: 093.184.134-83, 5,5 (cinco diárias e meia) de viagem, valor unitário da diária de R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais), totalizando assim o valor de R\$ 4.125,00 (quatro mil

cento e vinte e cinco reais), para custear as despesas com deslocamento urbano, hospedagem e alimentação em Brasília/DF, entre os dias 06 à 11 de novembro de 2023, com o objetivo de Participar do "CONGRESSO NACIONAL DE GESTORES E LEGISLATIVOS MUNICIPAIS - UVB 59 ANOS."

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Pedra Preta - RN, 03 de novembro de 2023.

CRISTIANE GOMES DOS SANTOS CRUZ

Chefe de Gabinete da Câmara Municipal

Pedra Preta/RN

**Publicado por:** Anttomar Augusto Oliveira da Câmara  
**Código Identificador:** 82453605

### CÂMARA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA **PORTARIA**

#### **PORTARIA DE DIARIA Nº 035/2023**

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA - RN, no uso de suas atribuições que confere a Lei Orgânica do Município,

**R E S O L V E:**

Art. 1º - Conceder a Sra. CARMEM JUCIENE CÂMARA, ocupante do cargo de DIRETORA GERAL da Câmara Municipal de Pedra Preta/RN, inscrito no CPF 762.176.634-49, 5,5 (cinco diárias e meia) de viagem, valor unitário da diária de R\$ 600,00 (seiscentos reais), totalizando assim o valor de R\$ 3.300,00 (tres mil e trzentos reais), para custear as despesas com deslocamento urbano, hospedagem e alimentação em Brasília/DF, entre os dias 06 à 11 de novembro de 2023,

**RIO GRANDE DO NORTE, SEGUNDA-FEIRA, 06 DE NOVEMBRO DE 2023 - ANO: VI - Nº: 1771**

com o objetivo de Participar do “CONGRESSO NACIONAL DE GESTORES E LEGISLATIVOS MUNICIPAIS - UVB 59 ANOS.”

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Pedra Preta - RN, 03 de novembro de 2023.

ANTTOMAR AUGUSTO OLIVEIRA DA CAMARA

Presidente da Câmara Municipal

Pedra Preta/RN

**Publicado por:** Anttomar Augusto Oliveira da Câmara  
**Código Identificador:** 56837052

CÂMARA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ

## CONTRATO

### EXTRATO DO CONTRATO N.º 170101/2023 REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

EXTRATO DO CONTRATO N.º 170101/2023

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ/RN. CONTRATADO: ROMARIO NOGUEIRA 07992728416, CNPJ/MF Nº 41.246.623/0001-26. OBJETO: Prestação de serviços de criação de projetos de comunicação visual para as plataformas digitais oficiais da Câmara Municipal de Riacho da Cruz/RN. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 24, Inciso II, da Lei 8.666/93. DOTAÇÃO: 01 . 0101 . 01 . 031 . 0001 . 2001 . 33903900 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica. Fonte: 15000000 - Recursos Não vinculados de impostos. Valor Total: R\$15.600,00 (Quinze Mil e Seiscentos Reais). Data da Assinatura: 17 de janeiro de 2023. Vigência: de 17 de janeiro de 2023 a 17 de setembro de 2023.

**Publicado por:** GILSON AMORIM JÚNIOR  
**Código Identificador:** 25875862

CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO FOGO

## RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

### TERMO DE RATIFICAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 020/2023

TERMO DE RATIFICAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 020/2023

Reconheço a dispensa de licitação fundamentada no Artigo 24, Inciso II, da Lei nº. 8.666/93, e suas atualizações posteriores e em consonância com o parecer jurídico acostado aos autos, para a empresa JOSE ERIVAM GRAFICA E SERIGRAFIA - CNPJ: 13.307.304/0001-48, referente aos serviços gráficos, visando atender a necessidade do poder legislativo do Município de Rio do Fogo/RN. RATIFICO, conforme prescreve o art. 26 do Estatuto das Licitações, o Despacho da Comissão de Licitação deste órgão, determinando que se proceda a publicação do devido extrato

Rio do Fogo/RN, 28 de outubro de 2023.

Josiane de Lima Rodrigues

Vereadora/Presidente

**Publicado por:** JOSIANE DE LIMA RODRIGUES  
**Código Identificador:** 16645053

CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO FOGO

## RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

### EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 020/2023

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 020/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 025/2023

ORGÃO: CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO FOGO/RN - CNPJ: 01.624.159/0001-40

PESSOA JURÍDICA: JOSE ERIVAM GRAFICA E SERIGRAFIA - CNPJ: 13.307.304/0001-48.

ENDEREÇO: Rua Capitão Jose da Penha, 254 - Centro - Ceara Mirim/RN.

## RIO GRANDE DO NORTE, SEGUNDA-FEIRA, 06 DE NOVEMBRO DE 2023 - ANO: VI - Nº: 1771

OBJETO: serviços gráficos, visando atender a necessidade do poder legislativo do Município de Rio do Fogo/RN.

VALOR R\$ 3.760,00 (Três mil setecentos e sessenta reais)

VIGÊNCIA: Até 30/11/2023.

BASE LEGAL: Artigo 24, Inciso II, da Lei nº. 8.666/93.

PODER LEGISLATIVO: CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO FOGO/RN - CNPJ: 01.624.159/0001-40 - JOSIANE DE LIMA RODRIGUES - VEREADORA/PRESIDENTE

PESSOA JURIDICA: JOSE ERIVAM GRAFICA E SERIGRAFIA - CNPJ: 13.307.304/0001-48 - JOSE ERIVAM DE MORAIS - CPF: 049.065.174-71.

RIO DO FOGO/RN, 28 DE OUTUBRO DE 2023.

Publicado por: JOSIANE DE LIMA RODRIGUES  
Código Identificador: 31438248

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ

### PORTARIA

#### PORTARIA N.º 059/2023, em 01 de novembro de 2023.

Torna sem efeito as Portarias concessivas de diárias nº 053, 054, 055, 056 e 057.

O PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ/RN, Vereador Ivan Dantas de Souza, no uso de suas atribuições Regimentais e considerando o cancelamento da viagem que seria realizada para a cidade de Brasília/DF no período de 07 a 10 de novembro de 2023 pelos Vereadores Ivan Dantas de Souza, Caio Cabral Bezerra, Sebastião Sobrinho de Azevedo, Flávio Azevedo de Macedo e Bruno Augusto Bezerra Jota,

#### RESOLVE

Art. 1º - Tornar sem efeito as Portarias concessivas de diárias sob nºs 053, 054, 055, 056 e 057, inclusive os respectivos processos formalizados para tal finalidade.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Publique-se.

Câmara Municipal de Santana do Seridó - RN, 01 de novembro de 2023.

Vereador Ivan Dantas de Souza

Presidente

Publicado por: IVAN DANTAS DE SOUZA  
Código Identificador: 14451156

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO

### AVISO

#### AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA N.º 019/2023.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO/RN, POR MEIO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, MANIFESTA A INTENÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA DE FORMA DIRETA ATRAVÉS DE DISPENSA DE LICITAÇÃO EM CONFORMIDADE COM O ART. 75, I, DA LEI FEDERAL N.º 14.133/2021, Contratação de empresa prestadora de serviços de engenharia para executar obras civis de REFORMA E ADEQUAÇÃO DE PRÉDIO ONDE FUNCIONA A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO FERNANDO/RN, O PRAZO PARA RECEBIMENTO DE PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO SERÁ DE 3 (TRÊS) DIAS ÚTEIS, A CONTAR DO DIA 07/11/2023 ATÉ O DIA 10/11/2023, O TERMO DE REFERÊNCIA, PROJETO BÁSICO, ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E DEMAIS ANEXOS SOBRE AS CONDIÇÕES PARA A CONTRATAÇÃO PODERÁ SER ADQUIRIDO NO [HTTPS://CMSAOFERNANDO.RN.GOV.BR/LEI14133](https://CMSAOFERNANDO.RN.GOV.BR/LEI14133), NA SALA DA COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO, LOCALIZADA NA SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO/RN, NO HORÁRIO DE 08:00 ÀS 12:00 HORAS, OU PELO ENDEREÇO ELETRÔNICO [CAMARALEGISLATIVO2023@GMAIL.COM](mailto:CAMARALEGISLATIVO2023@GMAIL.COM), A PROPOSTA DE PREÇOS E DEMAIS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DEVERÃO SER REMETIDOS PELO E-MAIL [CAMARALEGISLATIVO2023@GMAIL.COM](mailto:CAMARALEGISLATIVO2023@GMAIL.COM), OU ENTREGUE NA SEDE DO LEGISLATIVO MUNICIPAL -EDIFÍCIO

## RIO GRANDE DO NORTE, SEGUNDA-FEIRA, 06 DE NOVEMBRO DE 2023 - ANO: VI - Nº: 1771

VEREADOR TOBIAS FERNANDES RUA CAPITÃO JOSÉ  
INÁCIO S/N, NO HORÁRIO DE 08:00 ÀS 12:00 HORAS.

SÃO FERNANDO/RN, 03 DE NOVEMBRO DE 2023.

MARIA CLARA DA SILVA ARAÚJO

MEMBRO DA COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

Publicado por: Misael Bruno de Araújo Silva  
Código Identificador: 65261731

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SABUGI

### RESOLUÇÃO

### RESOLUÇÃO Nº 009/2023

RESOLUÇÃO Nº 009/2023.

Dispõe sobre o remanejamento de crédito suplementar no  
orçamento vigente da Câmara.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO  
DO SABUGI/RN, usando das atribuições conferidas pela  
Lei Orgânica do Município, em seu inciso I, § 3º do art.  
113

RESOLVE:

Art. 1º Fica remanejada a importância de R\$ R\$ 65.215,05  
(sessenta e cinco mil, duzentos e quinze reais e cinco  
centavos) dentro da programação de gastos no  
Orçamento vigente do Poder Legislativo para a seguinte  
classificação:

Órgão: 01 - PODER LEGISLATIVO UNIDADE 01 - CÂMARA  
MUNICIPAL

Programa: 0020 - MELHORIA ORGANIZACIONAL

Projeto/Atividade: 2114 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES  
DA CÂMARA MUNICIPAL

Natureza da despesa:

3190110000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS -  
PESSOAL CIVIL-----R\$ 5.047,82

3390390000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA  
JURÍDICA-----60.167,23

Art. 2º O remanejamento de que trata o artigo anterior  
desta Resolução será coberto pela anulação parcial ou  
total da dotação abaixo descrita pertencente ao  
Orçamento desta Câmara Municipal, na importância de R\$  
65.215,05 (sessenta e cinco mil, duzentos e quinze reais  
e cinco centavos).

Órgão: 01 - PODER LEGISLATIVO UNIDADE 01 - CÂMARA  
MUNICIPAL

Programa: 0020 - MELHORIA ORGANIZACIONAL

Projeto/Atividade: 2114 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES  
DA CÂMARA MUNICIPAL

Natureza da despesa:

3190160000 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOA  
CIVIL-----R\$ 2.000,00

3190940000 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES  
TRABALHISTAS-----R\$ 2.000,00

3390330000 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO-  
-----2.885,00

3390360000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA  
FÍSICA-----5.000,00

3390400000 SERVIÇOS DE TI E COMUNICAÇÃO-----  
-----1.463,00

3390470000 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E  
CONTRIBUTIVAS-----2.000,00

3390920000 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES-----  
-----1.867,05

3390930000 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-----  
-----2.000,00

Órgão: 01 - PODER LEGISLATIVO UNIDADE 01 - CÂMARA  
MUNICIPAL

Programa: 0020 - MELHORIA ORGANIZACIONAL

**RIO GRANDE DO NORTE, SEGUNDA-FEIRA, 06 DE NOVEMBRO DE 2023 - ANO: VI - Nº: 1771**

Projeto/Atividade: 1053 CONSTRUÇÃO E MANUT. DO  
PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL

Natureza da despesa:

3390390000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA  
JURIDICA -----1.000,00

4490510000 OBRAS E INSTALAÇÕES -----  
-----45.000,00

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua  
publicação.

Câmara Municipal de São João do Sabugi - RN, 01 de  
novembro de 2023.

APRÍGIO PEREIRA DE ARAÚJO NETO

Presidente

ISAÍAS JOSÉ DO PATROCÍNIO FERNANDES DE MORAIS

Vice-Presidente

ANDRÉ LUIZ FERNANDES DE MEDEIROS

1º Secretário

WILSON PEREIRA MARIZ JÚNIOR

2º Secretário

Publicado por: ALCIDES LUCENA NETO  
Código Identificador: 14352078

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SABUGI

## PROMULGAÇÃO

### PROMULGAÇÃO DA RESOLUÇÃO Nº 009/2023

#### PROMULGAÇÃO

O Presidente da Câmara Municipal de São João do Sabugi-RN, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e Eu promulgo, com base nos artigos 27, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de São João do Sabugi-RN, e artigo 18, inciso VI, do Regimento Interno, a Resolução nº 009/2023, aprovada em 31 de outubro de 2023, de autoria da Mesa Diretora.

#### RESOLUÇÃO Nº 009/2023

Dispõe sobre o remanejamento de crédito suplementar no  
orçamento vigente da Câmara.

DETERMINO nesta data, para gerar todos os efeitos  
pertinentes, a Publicação da Resolução nº 009/2023 no  
Diário Oficial das Câmaras Municipais do Estado do Rio  
Grande do Norte, nos termos da Lei Municipal n.º  
720/2016, de 22 de dezembro de 2016.

São João do Sabugi-RN, 1º de novembro de 2023.

APRÍGIO PEREIRA DE ARAÚJO NETO

Presidente

Publicado por: ALCIDES LUCENA NETO  
Código Identificador: 38116203

RIO GRANDE DO NORTE, SEGUNDA-FEIRA, 06 DE NOVEMBRO DE 2023 - ANO: VI - Nº: 1771

## ERRATA

### ERRATA DA PUBLICAÇÃO DO II TERMO ADITIVO AO CONTRATO 003/2021

ERRATA DA PUBLICAÇÃO DO II TERMO ADITIVO AO CONTRATO 003/2021

Retifica-se a publicação do II TERMO ADITIVO AO CONTRATO 003/2021, expedida no Diário Oficial das Câmaras de Vereadores do Rio Grande do Norte FECAM/RN, Edição 1770, em 03 de novembro de 2023, nos seguintes termos:

I - Onde se lê: 24,33%

II- Leia-se: 0,16%

Câmara Municipal de São João do Sabugi/RN, em 03/11/2023.

Aprígio Pereira de Araújo Neto

Presidente

Publicado por: ALCIDES LUCENA NETO  
Código Identificador: 61061215

CÂMARA MUNICIPAL DE TIBAU DO SUL

## ERRATA

### Extrato do Contrato Nº 20/2023

Extrato do Contrato Nº 20/2023

Dispensa Nº 22/2023

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE TIBAU DO SUL - CNPJ: 09.428.749/0001-09

CONTRATADA: W M DE MOURA NETO ENGENHARIA E SUSTENTABILIDADE LTDA - CNPJ: 48.738.638/0001-50

OBJETO: Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia e projetos para elaboração dos projetos destinados atender as necessidades da Câmara Municipal de Tibau do Sul/RN.

VIGÊNCIA: 01/11/2023 - Término: 31/12/2023

Valor: R\$ 31.300,00, (trinta e um mil e trezentos reais).

Tibau do Sul/RN, 01 de novembro de 2023

Josué Gomes de Moura Júnior

PRESIDENTE DA CÂMARA - P/Contratante

WALTHER MENDES DE MOURA NETO

DIRETOR - P/Contratada

Publicado por: Francisco de Assis da Silva - Pregoeiro  
Código Identificador: 36206771

CÂMARA MUNICIPAL DE TIBAU DO SUL

## EXTRATO

### Extrato do Contrato Nº 21/2023

Extrato do Contrato Nº 21/2023

Dispensa Nº 23/2023

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE TIBAU DO SUL - CNPJ: 09.428.749/0001-09

CONTRATADA: H L C DE OLIVEIRA - CNPJ: 02.779.159/0001-81

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação serviços de Assessoria técnicos na área de design interiores para elaboração dos descritivos dos moveis sob medidas do Plenário e Galeria do poder Legislativo, bem como realizar o acompanhamento dos serviços de montagem e instalação a serem executados nas dependências do prédio da Câmara Municipal de Tibau do Sul/RN.

VIGÊNCIA: Incício: 01/11/2023 - Término: 31/12/2023

Valor: R\$ 7.000,00, (sete mil reais).

Tibau do Sul/RN, 01 de novembro de 2023

Josué Gomes de Moura Júnior

PRESIDENTE DA CÂMARA - P/Contratante

HOSMANY LUIZ COSTA DE OLIVEIRA

DIRETOR - P/Contratada



**RIO GRANDE DO NORTE, SEGUNDA-FEIRA, 06 DE NOVEMBRO DE 2023 - ANO: VI - Nº: 1771**

**Publicado por:** Francisco de Assis da Silva - Pregoeiro  
**Código Identificador:** 03645131

**Publicado por:** Cícero Ângelo da Silva Júnior  
**Código Identificador:** 80432757

CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA DOS BATISTAS

## PORTARIA

### PORTARIA - CMTB Nº 126/2023

O ordenador das despesas da Câmara Municipal de Timbaúba dos Batistas, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, bem como fundamentado na única normativa municipal que se tem registro e conhecimento que versa sobre diárias o Decreto Municipal nº124/2017;

Considerando a necessidade de representação parlamentar dos membros desta casa de leis;

Considerando a necessidade de efetuar viagem à cidade de Natal/RN, PARA COMPARECER AO ESCRITÓRIO DE ASSESSORIA TÉCNICA. PARA TRATAR DE ASSUNTOS RELACIONADOS AOS CONVENIOS E CONTRATOS AO MUNICIPIO DE TIMBAÚBA DOS BATISTAS, no dia 31 de outubro de 2023.

RESOLVE: DESIGNAR, O(A) Senhor(a) Yllana de Araújo Torres Clemente, Vereadora desta Casa de Leis, para efetuar viagem supra identificada; e, autorizo a Tesoureira da Câmara Municipal, a efetuar o pagamento de 1 (uma) diária no valor de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais).

### REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Timbaúba dos Batistas RN, 03 de novembro de 2023.

**CÍCERO ÂNGELO DA SILVA JÚNIOR**

**Presidente**

## DECRETO LEGISLATIVO

### DECRETO LEGISLATIVO Nº 008/2023 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2023

Dispões sobre ponto facultativo no dia 03 de novembro de 2023.

Valdemir Cabral Querino, Vereador Presidente da Câmara Municipal de Vera Cruz/RN, biênio 2023-2024, no uso de suas atribuições legais, nos termos do Regimento Interno da Casa Legislativa, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal e demais normas legais pertinentes.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado ponto facultativo na Câmara Municipal de Vereadores de Vera Cruz/RN no dia 03 de novembro de 2023 em virtude do feriado Nacional do dia 02 de novembro de 2023

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões em 01 de novembro de 2023.

Valdemir Cabral Querino  
Vereador Presidente

**Publicado por:** Valdemir Cabral Querino  
**Código Identificador:** 50834485



RIO GRANDE DO NORTE, SEGUNDA-FEIRA, 06 DE NOVEMBRO DE 2023 - ANO: VI - Nº: 1771

## CÂMARA MUNICIPAL DE TAIPU - PORTARIA



ESTADO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE TAIPU  
PALÁCIO VEREADOR SEBASTIÃO CRUZ  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Praça 10 de Março nº 552 – Taipu- Centro – CEP: 59565-000 Telefone: (84) 3264-2266  
CNPJ: 11.982.568/0001-71 E-mail: camvertaipu@gmail.com

Portaria nº 026/2023

Taipu/RN, 03 de novembro de 2023.

**Concede diárias ao Presidente da Câmara Municipal de Taipu/RN, e dá outras providências.**

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAIPU/RN, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica deste Município e no Regimento Interno desta Câmara Municipal.

### RESOLVE

Art. 1º - Conceder ao Sr. **JOSIMAR FARIAS DA SILVA**, ocupante do cargo de Presidente da Câmara Municipal de Taipu/RN, inscrito no CPF: 056.741.024-22, 05 (cinco) diárias individuais de viagem no valor de R\$ 600,00 (Seiscentos reais), totalizando o valor de R\$ 3.000,00 (Três mil reais) para custear as despesas com alimentação e locomoção, na cidade de Brasília/DF, durante os dias 06 a 11 de novembro de 2023, conforme a seguir:

Objetivo do Deslocamento: **PARTICIPAR DO CONGRESSO NACIONAL DE GESTORES E LEGISLATIVOS MUNICIPAIS – UVB 59 ANOS, QUE ACONTECERÁ DE 07 A 10 DE NOVEMBRO DE 2023, NA CIDADE DE BRASÍLIA/DF.**

Art. 2º Fica a tesouraria incumbida de proceder o pagamento da importância de R\$ 3.000,00 (Três mil reais) para atender as despesas mencionadas no caput do artigo 1º desta portaria.

Parágrafo Único: Para efeito de controle e comprovação da execução de despesa, após o retorno do evento, até o 5º dia útil do mês seguinte ao retorno, deverá o beneficiário da concessão, apresentar relatório das atividades e sendo o caso, fazer juntada de certificado ou diploma de participação no evento.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se, pague-se.

Maria da Conceição Gomes do Nascimento  
1º Secretário  
CPF: 655.308.704-06

Publicado por:  
Josimar Farias da Silva  
Código Identificador: 32223871

RIO GRANDE DO NORTE, SEGUNDA-FEIRA, 06 DE NOVEMBRO DE 2023 - ANO: VI - Nº: 1771

## CÂMARA MUNICIPAL DE TAIPU - PORTARIA



ESTADO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE TAIPU  
PALÁCIO VEREADOR SEBASTIÃO CRUZ  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Praça 10 de Março nº 552 - Taipu- Centro - CEP: 59565-000 Telefone: (84) 3264-2266  
CNPJ: 11.982.568/0001-71 E-mail: camvertaipu@gmail.com

Portaria nº 027/2023

Taipu/RN, 03 de novembro de 2023.

**Concede diárias ao Controlador Interno da Câmara Municipal de Taipu/RN, e dá outras providências.**

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAIPU/RN, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica deste Município e no Regimento Interno desta Câmara Municipal.

### RESOLVE

Art. 1º - Conceder ao Sr. **GERALDO FILADELFIO DE OLIVEIRA**, ocupante do cargo de Controlador Interno da Câmara Municipal de Taipu/RN, inscrito no CPF: 145.003.428-42, 05 (cinco) diárias individuais de viagem no valor de R\$ 400,00 (Quatrocentos reais), totalizando o valor de R\$ 2.000,00 (Dois mil reais) para custear as despesas com alimentação e locomoção, na cidade de Brasília/DF, durante os dias 06 a 11 de novembro de 2023, conforme a seguir:

Objetivo do Deslocamento: **PARTICIPAR DO CONGRESSO NACIONAL DE GESTORES E LEGISLATIVOS MUNICIPAIS – UVB 59 ANOS, QUE ACONTECERÁ DE 07 A 10 DE NOVEMBRO DE 2023, NA CIDADE DE BRASÍLIA/DF.**

Art. 2º Fica a tesouraria incumbida de proceder o pagamento da importância de R\$ 2.000,00 (Dois mil reais) para atender as despesas mencionadas no caput do artigo 1º desta portaria.

Parágrafo Único: Para efeito de controle e comprovação da execução de despesa, após o retorno do evento, até o 5º dia útil do mês seguinte ao retorno, deverá o beneficiário da concessão, apresentar relatório das atividades e sendo o caso, fazer juntada de certificado ou diploma de participação no evento.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se, pague-se.

Josimar Farais da Silva  
Presidente  
CPF: 056.741.024-22

Publicado por:  
Josimar Farias da Silva  
Código Identificador: 34288230

RIO GRANDE DO NORTE, SEGUNDA-FEIRA, 06 DE NOVEMBRO DE 2023 - ANO: VI - Nº: 1771

CÂMARA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS - **PORTARIA**



**Câmara Municipal de Currais Novos**  
(CNPJ: 08.470.502/0001-98)

**Portaria nº. 181, de 03 de novembro de 2023**

O Primeiro Secretário da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Currais Novos/Rn, no uso das atribuições dispostas no artigo 35, inciso III, alínea "b" do Regimento Interno da Câmara e tendo em vista a realização do Congresso Nacional de Gestores e Legislativos Municipais, a ser realizado na cidade do Brasília/DF, no período de 06 a 11 de novembro de 2023.

**R E S O L V E:**

Art. 1º - Autorizar o Vereador Ycleyber Trajano da Silva, Presidente do Poder Legislativo a participar do Congresso Nacional de Gestores e Legislativos Municipais, na cidade de Brasília/DF, promovido pela União dos Vereadores do Brasil – UVB, ficando o mesmo autorizado a se ausentar da circunscrição Municipal de Currais Novos/Rn, durante o período de 06 a 11 de novembro de 2023, conforme requerimento protocolado sob o nº 3610/2023.

Art. 2º - Diante da importância da viagem para o papel do Legislador, fica autorizado o pagamento de 05 diárias completas e uma meia ao Vereador acima designado no valor de R\$ 3.300,00 (Três mil e trezentos reais), cujo valor está consignado na Resolução nº. 002/2022, publicada no Diário Oficial da Federação das Câmaras Municipais do Estado do Rio Grande do Norte – FECAM, no dia 29 de abril de 2022.

Registre-se, publique - se e cumpra - se.

Câmara Municipal de Currais Novos/RN, em 03 de novembro de 2023.

**Ver. Francisco Iranilson de Medeiros**  
**Vice-Presidente**

**Publicado por:**  
YCLEYBER TRAJANO DA SILVA  
**Código Identificador:** 03472353

**RIO GRANDE DO NORTE, SEGUNDA-FEIRA, 06 DE NOVEMBRO DE 2023 - ANO: VI - Nº: 1771**

**CÂMARA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS - PORTARIA**



**Câmara Municipal de Currais Novos  
(CNPJ: 08.470.502/0001-98)**

**Portaria nº. 182, de 03 de novembro de 2023**

O Presidente da Câmara Municipal de Currais Novos/Rn, no uso das atribuições dispostas no artigo 35, inciso III, alínea "b" do Regimento Interno da Câmara e tendo em vista a realização do Congresso Nacional de Gestores e Legislativos Municipais, a ser realizado na cidade do Brasília/DF, no período de 06 a 11 de novembro de 2023.

**R E S O L V E:**

Art. 1º - Autorizar o Vereador Jorian Pereira dos Santos, Vice-Presidente do Poder Legislativo a participar do Congresso Nacional de Gestores e Legislativos Municipais, na cidade de Brasília/DF, promovido pela União dos Vereadores do Brasil – UVB, ficando o mesmo autorizado a se ausentar da circunscrição Municipal de Currais Novos/Rn, durante o período de 06 a 11 de novembro de 2023, conforme requerimento protocolado sob o nº 3619/2023.

Art. 2º - Diante da importância da viagem para o papel do Legislador, fica autorizado o pagamento de 05 diárias completas e uma meia ao Vereador acima designado no valor de R\$ 3.300,00 (Três mil e trezentos reais), cujo valor está consignado na Resolução nº. 002/2022, publicada no Diário Oficial da Federação das Câmaras Municipais do Estado do Rio Grande do Norte – FECAM, no dia 29 de abril de 2022.

Registre-se, publique - se e cumpra - se.

Câmara Municipal de Currais Novos/RN, em 03 de novembro de 2023.

**Ver. Ycleyber Trajano da Silva  
PRESIDENTE**

**Publicado por:**  
YCLEYBER TRAJANO DA SILVA  
**Código Identificador:** 48631124

# DIÁRIO OFICIAL

DAS CÂMARAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE



DIARIOOFICIAL.FECAMRN.COM.BR

RIO GRANDE DO NORTE, SEGUNDA-FEIRA, 06 DE NOVEMBRO DE 2023 - ANO: VI - Nº: 1771

## CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL - BALANCETE

### CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL

RUA JUNDIAI

08.456.899/0001-63

Exercício: 2023

Page 1

### BALANCETE FINANCEIRO DE OUTUBRO DE 2023

#### Despesa Paga

RECEITA	PERÍODO	TOTAL	DESPESA	PERÍODO	TOTAL
<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>10.441.173,74</b>	<b>99.957.695,65</b>	<b>ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>7.916.040,00</b>	<b>76.361.560,01</b>
<b>RESPONSABILIDADES FINANCEIRAS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	01 Legislativa	7.916.040,00	76.361.560,01
9022 PAGAMENTO DEBITADO A MAIOR			<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>1.548.744,80</b>	<b>16.246.977,14</b>
<b>CONSIGNACOES</b>	<b>1.621.816,65</b>	<b>15.540.773,16</b>	<b>RESTOS A PAGAR</b>	<b>0,00</b>	<b>566.293,39</b>
9002 EMPRESTIMO CEF	240.806,86	2.384.718,17	8002 RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		566.293,39
9004 PENSÃO ALIMENTICIA	51.355,65	514.678,29	<b>CONSIGNACOES</b>	<b>1.548.744,80</b>	<b>15.134.705,40</b>
9005 ISS	33.634,40	463.365,61	9002 EMPRESTIMO CEF	240.806,86	2.384.718,17
9013 UVERN	119,00	1.190,00	9004 PENSÃO ALIMENTICIA	51.355,65	514.678,29
9012 IPERN		751,99	9005 ISS	33.634,40	241.193,73
9024 ODONTO PRIME	915,00	9.570,00	9013 UVERN	119,00	1.190,00
9025 DENTAL MED	2.270,71	19.351,45	9012 IPERN		751,99
9026 BLOQUEIO JUDICIAL TRT		3.732,18	9024 ODONTO PRIME	915,00	9.570,00
9028 APROLEGIS	60,00	600,00	9025 DENTAL MED	2.270,71	19.351,45
9014 PIS/COFINS		9.257,46	9026 BLOQUEIO JUDICIAL TRT		3.732,18
9018 RENDA DE APLICAÇÃO	57.052,00	329.906,79	9028 APROLEGIS	60,00	600,00
9003 INSS CÂMARA MUNICIPAL	315.138,35	2.705.335,71	9014 PIS/COFINS		9.257,46
9006 FUNFIPRE	150.466,72	1.528.335,20	9003 INSS CÂMARA MUNICIPAL	297.862,50	2.858.375,51
9007 FUNCAPRE	41.331,09	389.538,38	9006 FUNFIPRE	150.466,72	1.550.294,30
9008 SINSEAT	21.850,56	234.979,15	9007 FUNCAPRE	35.878,71	362.475,90
9009 SINSECAM	10.519,01	153.351,17	9008 SINSEAT	21.850,56	234.979,15
9015 CSLL		2.536,29	9009 SINSECAM	15.971,39	158.803,55
9027 ODONTO SYSTEM	885,00	10.230,00	9015 CSLL		2.536,29
9032 UNIODONTO	646,27	6.516,79	9027 ODONTO SYSTEM	2.030,00	7.447,00
9033 ABATE TETO	76.281,61	742.907,20	9032 UNIODONTO	646,27	6.516,79
9001 IRRF CÂMARA MUNICIPAL	550.393,07	5.276.992,96	9033 ABATE TETO	76.281,61	742.907,20
9036 CONSIGNAÇÃO BB	24.676,93	348.899,60	9001 IRRF CÂMARA MUNICIPAL	550.969,07	5.276.992,96
9037 SICOOB	11.057,93	110.579,30	9036 CONSIGNAÇÃO BB	24.676,93	348.899,60
9038 CONTA VINCULADA - CEF	31.411,49	284.864,58	9037 SICOOB	11.057,93	110.579,30
9040 UNIDENTIS	945,00	4.455,00	9038 CONTA VINCULADA - CEF	31.411,49	284.864,58
9041 RESTITUIÇÃO DE VALE TRANSPORTE		4.129,89	9040 UNIDENTIS	480,00	3.990,00
<b>CREDITORES DIVERSOS</b>	<b>0,01</b>	<b>3.330,00</b>	<b>CREDITORES DIVERSOS</b>	<b>0,00</b>	<b>2.685,58</b>
9023 RECEITA A IDENTIFICAR	0,01	0,01	9030 RESTITUIÇÃO DIVERSAS		2.685,58
9030 RESTITUIÇÃO DIVERSAS		3.329,99	<b>RESTITUIÇÕES A PAGAR</b>	<b>0,00</b>	<b>433.792,27</b>
<b>RESTITUIÇÕES A PAGAR</b>	<b>0,00</b>	<b>2.836,59</b>	9020 DEVOLUÇÃO RENDA DE APLICAÇÃO		433.792,27
9017 DEVOLUÇÃO DE PAGAMENTO		2.836,59	<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS</b>	<b>0,00</b>	<b>109.500,50</b>
<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS</b>	<b>8.819.357,08</b>	<b>84.410.755,90</b>	7001 REPASSE RECEBIDO DA PREFEITURA MUNICIPAL		109.500,50
7001 REPASSE RECEBIDO DA PREFEITURA MUNICIPAL	8.819.357,08	84.410.755,90			
<b>Total -&gt;</b>	<b>10.441.173,74</b>	<b>99.957.695,65</b>	<b>Total -&gt;</b>	<b>9.464.784,80</b>	<b>92.608.537,15</b>
<b>=&gt; SALDO ANTERIOR</b>	<b>7.489.027,67</b>	<b>1.116.258,11</b>	<b>SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE</b>	<b>8.465.416,61</b>	<b>8.465.416,61</b>
BANCO CONTA MOVIMENTO	180.450,44	4.406,31	BANCO CONTA MOVIMENTO	187.555,10	187.555,10
BANCO CONTA APLICAÇÃO	7.308.577,23	1.111.851,80	BANCO CONTA APLICAÇÃO	8.277.861,51	8.277.861,51
<b>Total SALDO ANTERIOR</b>	<b>7.489.027,67</b>	<b>1.116.258,11</b>	<b>Total SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE</b>	<b>8.465.416,61</b>	<b>8.465.416,61</b>
<b>TOTAL DA RECEITA</b>	<b>17.930.201,41</b>	<b>101.073.953,76</b>	<b>TOTAL DA DESPESA</b>	<b>17.930.201,41</b>	<b>101.073.953,76</b>

Íris di Paula B Aquino  
Coordenadora Financeira em Substituição  
CRC Nº 10779/0-9

Emerson Evano Teixeira da Silva  
Diretor Geral

Ériko Jácome  
Presidente

Publicado por:  
ÉRIKO JÁCOME  
Código Identificador: 60148224

**RIO GRANDE DO NORTE, SEGUNDA-FEIRA, 06 DE NOVEMBRO DE 2023 - ANO: VI - Nº: 1771**

**CÂMARA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS - PORTARIA**



**Câmara Municipal de Currais Novos  
(CNPJ: 08.470.502/0001-98)**

**Portaria nº. 182, de 03 de novembro de 2023**

O Presidente da Câmara Municipal de Currais Novos/Rn, no uso das atribuições dispostas no artigo 35, inciso III, alínea "b" do Regimento Interno da Câmara e tendo em vista a realização do Congresso Nacional de Gestores e Legislativos Municipais, a ser realizado na cidade do Brasília/DF, no período de 06 a 11 de novembro de 2023.

**R E S O L V E:**

Art. 1º - Autorizar o Vereador Jorian Pereira dos Santos, Vice-Presidente do Poder Legislativo a participar do Congresso Nacional de Gestores e Legislativos Municipais, na cidade de Brasília/DF, promovido pela União dos Vereadores do Brasil – UVB, ficando o mesmo autorizado a se ausentar da circunscrição Municipal de Currais Novos/Rn, durante o período de 06 a 11 de novembro de 2023, conforme requerimento protocolado sob o nº 3619/2023.

Art. 2º - Diante da importância da viagem para o papel do Legislador, fica autorizado o pagamento de 05 diárias completas e uma meia ao Vereador acima designado no valor de R\$ 3.300,00 (Três mil e trezentos reais), cujo valor está consignado na Resolução nº. 002/2022, publicada no Diário Oficial da Federação das Câmaras Municipais do Estado do Rio Grande do Norte – FECAM, no dia 29 de abril de 2022.

Registre-se, publique - se e cumpra - se.

Câmara Municipal de Currais Novos/RN, em 03 de novembro de 2023.

**Ver. Ycleyber Trajano da Silva  
PRESIDENTE**

**Publicado por:**  
YCLEYBER TRAJANO DA SILVA  
**Código Identificador:** 58707212

RIO GRANDE DO NORTE, SEGUNDA-FEIRA, 06 DE NOVEMBRO DE 2023 - ANO: VI - Nº: 1771

## CÂMARA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS - AVISO



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS  
CNPJ Nº. 08.470.502/0001-98  
CEP 59380-000 – Rua Vivaldo Pereira de Araújo, 161 - Centro  
Fone (0xx84) 3412-1567 - Telefax (84) 3431-1748 – Cx. Postal: 61  
E-mail: [camaracurraisnovos@hotmail.com](mailto:camaracurraisnovos@hotmail.com)

### AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2023

#### PROCESSO Nº 3600/2023 CMCN/RN

A Câmara Municipal de Currais Novos/RN, através do Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público que fará realizar no dia **16 de Novembro de 2023, às 09h00min (nove horas)**, licitação na modalidade Pregão Presencial, cujo objeto é “Sistema de registro de preço para contratação de empresa especializada para a realização de serviços de apoio administrativo e atividades auxiliares, de natureza acessória e complementar, para atender às necessidades da Câmara Municipal de Currais Novos/RN”, de acordo com as Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/1993. Quaisquer informações poderão ser obtidas no Setor de Compras CMCN/RN, na Rua Vivaldo Pereira de Araújo, 161 – Centro – Telefone (0\*\*84) 3412-1567 e 3431-1748, ou através dos e-mails [cmcn.pregao@gmail.com](mailto:cmcn.pregao@gmail.com) e [camaracurraisnovos@hotmail.com](mailto:camaracurraisnovos@hotmail.com). O edital na íntegra encontra-se no site [camaradecurraisnovos.com.br](http://camaradecurraisnovos.com.br) – Carlos Breno de Moraes Felix – Pregoeiro CMCN/RN. Em 03 de Novembro de 2023.

Publicado por:  
YCLEYBER TRAJANO DA SILVA  
Código Identificador: 32884036



RIO GRANDE DO NORTE, SEGUNDA-FEIRA, 06 DE NOVEMBRO DE 2023 - ANO: VI - Nº: 1771

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO - **RETIFICAÇÃO**



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO  
PALÁCIO VEREADOR JOSÉ IRENO DE LIMA



## RETIFICAÇÃO DA PORTARIA Nº066/2023

A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO/RN, na publicação da **PORTARIA Nº066 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2023**, com publicação no Diário Oficial da FECAM, em 03 DE NOVEMBRO DE 2023 - ANO: VI - EDIÇÃO Nº: 1770, Onde **LÊ-SE** "3 (três) diárias" **LEIA-SE** "5 (cinco) diárias" ; e Onde **LÊ-SE** "07 a 10 de novembro ..." **LEIA-SE** "06 a 11 de novembro ...".

Santo Antônio/RN, 03 de novembro de 2023.



PRAÇA GETÚLIO VARGAS, 308, CENTRO – SANTO ANTÔNIO/RN – CEP: 59.255-000  
TELEFONE: (84) 3282-2221 | CNPJ/MF 08.539.819-0001/33

**Publicado por:**  
MARIZETHE BARBOSA DA SILVA COSTA  
**Código Identificador:** 44217248



RIO GRANDE DO NORTE, SEGUNDA-FEIRA, 06 DE NOVEMBRO DE 2023 - ANO: VI - Nº: 1771

CÂMARA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS - **TERMO**



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS  
CNPJ Nº. 08.470.502/0001-98  
CEP 59380-000 – Rua Vivaldo Pereira de Araújo, 173 - Centro  
Fone (0xx84) 3412-1567 - Telefax (84) 3431-1748 – Cx. Postal: 61  
E-mail: [camaracurraisnovos@hotmail.com](mailto:camaracurraisnovos@hotmail.com)

## TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 14/2023

Em conformidade com a instrução do Processo nº 3599/2023, ouvida a Assessoria Jurídica, via Parecer Jurídico, **DECLARO A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, com amparo no art. 25, caput, da Lei n. 8.666, de 1993, referente a contratação da empresa **PLENÁRIA ASSESSORIA E GESTÃO DE EVENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 18.336.780/0001-00, no valor total de **R\$1.950,00 (mil novecentos e cinquenta reais)**, para **INSCRIÇÃO NO CONGRESSO NACIONAL DE GESTORES E LEGISLATIVOS MUNICIPAIS**.

À consideração do Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara para, se de acordo, **RATIFICAR** a presente declaração.

Currais Novos/RN, 01 de novembro de 2023.

**Ycleyber Trajano da Silva**  
Presidente da Câmara

## RATIFICAÇÃO

Em conformidade com a instrução do Processo nº 3599/2023, ouvida a Assessoria Jurídica, via Parecer Jurídico, **RATIFICO a DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE** apresentada pela **Comissão Permanente de Licitação da Câmara de Currais Novos**, no sentido de contratar a pessoa jurídica com razão social denominada **PLENÁRIA ASSESSORIA E GESTÃO DE EVENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 18.336.780/0001-00, no valor total de R\$1.950,00 (mil novecentos e cinquenta reais), considerando todo o período de vigência da contratação, devendo ser dada publicidade como condição de eficácia dos atos.

Currais Novos/RN, 01 de novembro de 2023.

**Ycleyber Trajano da Silva**  
Presidente da Câmara

**Publicado por:**  
YCLEYBER TRAJANO DA SILVA  
**Código Identificador:** 45437387

RIO GRANDE DO NORTE, SEGUNDA-FEIRA, 06 DE NOVEMBRO DE 2023 - ANO: VI - Nº: 1771

CÂMARA MUNICIPAL DE EXTREMOZ - **ATA**



## ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE CÂMARA MUNICIPAL DE EXTREMOZ PODER LEGISLATIVO

\*Republicado por incorreção.

**PROCESSO:** 023/2023

**INTERESSADO:** DIRETORIA GERAL CME

**ASSUNTO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS (NOVAS) DOS EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS E ELETRÔNICOS DO SISTEMA DE ÁUDIO E VÍDEO DA CÂMARA MUNICIPAL DE EXTREMOZ/RN.

### EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 023/2023

A Presidente da Câmara Municipal de Extremoz, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Extremoz e pelo o Regimento Interno da Câmara Municipal de Extremoz, e em cumprimento aos termos da Lei nº 8.666/93, faz publicar o extrato do Termo do Contrato nº 023/2023 do Processo Administrativo de contratação nº 023/2023.

PROCESSO Nº .....: 023/2023

DISPENSA .....: Nº 021/2023

CONTRATANTE.....: CÂMARA MUNICIPAL DE EXTREMOZ

CONTRATADA(O).....: ALANA PRISCILLA DA SILVA, inscrita no CNPJ sob o nº 45.201.965/0001-80

OBJETO.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS (NOVAS) DOS EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS E ELETRÔNICOS DO SISTEMA DE ÁUDIO E VÍDEO DA CÂMARA MUNICIPAL DE EXTREMOZ/RN.

VALOR GLOBAL .....: R\$ 10.920,00 (**Dez mil, novecentos e vinte reais**),

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTARIA: 01.001.031.0102.339039.99.15000

PODENDO SER RENOVADO NOS TERMOS DA LEI Nº 8.666/93.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL .....: LEI Nº 8.666/93, ART.24 §II

Extremoz/RN 22 de setembro de 2023

\_\_\_\_\_  
Damares de Sales.  
VEREADORA PRESIDENTE

RIO GRANDE DO NORTE, SEGUNDA-FEIRA, 06 DE NOVEMBRO DE 2023 - ANO: VI - Nº: 1771

Rua Cel. Luiz Gonzaga C. Paiva, 45 – Centro Fone(84) - 3279-2351 – C.N.P.J: 12.640.728/0001-67 e-  
mail: presicmextremoz@gmail.com

**Publicado por:**  
VINICIUS LORRAN DE FRANÇA DA SILVA  
**Código Identificador:** 84103284

RIO GRANDE DO NORTE, SEGUNDA-FEIRA, 06 DE NOVEMBRO DE 2023 - ANO: VI - Nº: 1771

## CÂMARA MUNICIPAL DE EXTREMOZ - EXTRATO



### ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE CÂMARA MUNICIPAL DE EXTREMOZ PODER LEGISLATIVO

**\*Republicado por incorreção**

**PROCESSO:** 023/2023

**INTERESSADO:** DIRETORIA GERAL CME

**ASSUNTO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS (NOVAS) DOS EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS E ELETRÔNICOS DO SISTEMA DE ÁUDIO E VÍDEO DA CÂMARA MUNICIPAL DE EXTREMOZ/RN.

#### EXTRATO DO TERMO DE DISPENSA Nº 021/2023

A Presidente da Câmara Municipal de Extremoz, no uso das suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Extremoz e pelo regimento Interno da Câmara Municipal de Extremoz, e em cumprimento aos termos da Lei 8.666/93, faz publicar o extrato o Extrato do Termo do termo de dispensa nº 021/2023 do Processo Administrativo de contratação nº 023/2023

PROCESSO Nº .....: 023/2023

DISPENSA .....: Nº 021/2023

CONTRATANTE.....: CÂMARA MUNICIPAL DE EXTREMOZ

CONTRATADA(O).....: ALANA PRISCILLA DA SILVA, inscrita no CNPJ sob o nº 45.201.965/0001-80

OBJETO.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS (NOVAS) DOS EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS E ELETRÔNICOS DO SISTEMA DE ÁUDIO E VÍDEO DA CÂMARA MUNICIPAL DE EXTREMOZ/RN.

VALOR GLOBAL .....: R\$ 10.920,00 (**Dez mil, novecentos e vinte reais**),

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTARIA: 01.001.031.0102.339039.99.15000

PODENDO SER RENOVADO NOS TERMOS DA LEI Nº 8.666/93.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL .....: LEI Nº 8.666/93, ART.24 §II

Extremoz/RN, 22 de setembro de 2023

**DAMARES DE SALES**  
**Vereador Presidente**

Rua Cel. Luiz Gonzaga C. Paiva, 45 Centro Fone(84) - 3279-2351 - C.N.P.J: 12.640.728/0001-67 e-mail: presciemextremoz@gmail.com

**Publicado por:**  
VINICIUS LORRAN DE FRANÇA DA SILVA  
**Código Identificador:** 48385836

RIO GRANDE DO NORTE, SEGUNDA-FEIRA, 06 DE NOVEMBRO DE 2023 - ANO: VI - Nº: 1771

## CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ - RESOLUÇÃO



### CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

RESOLUÇÃO Nº 03/2023,

de 31 de outubro de 2023.

REGULAMENTA NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ, AS LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES DIRETAS REALIZADAS NA FORMA DA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 01 DE ABRIL DE 2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Santana do Seridó, no uso das atribuições dispostas nos Artigos 11, inciso II, e 55, ambos do Regimento Interno da Câmara Municipal, e, ainda:

**CONSIDERANDO** a vigência da Lei Federal nº 14.133/2021 e o novo regime sobre as licitações e contratações públicas por ela trazidos;

**CONSIDERANDO** que a Lei Federal nº 14.133/2021 pode ser regulamentada pelos Poderes e Entes Públicos Federais, Estaduais e Municipais através de atos normativos próprios em seus âmbitos,

**CONSIDERANDO** a necessidade de ajustes e adequação das normas e regulamentos internos da Câmara Municipal de Santana do Seridó para a compatibilização da política de contratações e das competências dos agentes públicos com as disposições da Lei nº 14.133/2021;

**CONSIDERANDO** que a Câmara Municipal, nos termos do art. 2º, da Constituição da República Federativa do Brasil, observadas às disposições constantes da Lei nº 14.133/2021, dispõe de autonomia para regulamentação dos procedimentos internos de licitações e contratos, não estando automaticamente vinculada às disposições regulamentares emanadas pelo Poder Executivo Municipal;

**CONSIDERANDO** que todos os atos relacionados às contratações públicas devem observar os princípios da transparência e publicidade;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou na sessão ordinária do dia 30.10.2023 e a Mesa Diretora promulga a seguinte RESOLUÇÃO:

#### CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 1º** - Esta Resolução regulamenta, no âmbito da Câmara Municipal de Santana do Seridó, os procedimentos que abrangem as licitações e as contratações públicas diretas, na forma contida na Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

**Art. 2º** - As licitações realizar-se-ão nas modalidades previstas pelo art. 28, da Lei Federal nº 14.133/2021, conduzidas pelo agente de contratação e auxiliado pela equipe de apoio, quando houver ou se fizer necessário.

**Art. 3º** - Na aplicação da presente Resolução regulamentadora, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da motivação, da

vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade e da economicidade.

## **CAPITULO II**

### **DOS AGENTES PÚBLICOS**

#### **SEÇÃO I**

#### **DA AUTORIDA MÁXIMA**

**Art. 4º** - O Presidente da Câmara Municipal é a autoridade máxima no âmbito dos processos de licitação e contratações diretas da Câmara Municipal de Santana do Seridó, dotado de poder de decisão, competindo-lhe, dentre outras, as seguintes atribuições:

I - Aprovar o Termo de Referência, bem como nas situações exigíveis o anteprojeto, o projeto básico ou o projeto executivo, nos processos de licitações e contratações diretas, bem como os planos de trabalhos propostos nos processos de celebração de convênios ou outras parcerias;

II - Autorizar a Contratação Direta por dispensa do procedimento licitatório ou sua inexigibilidade;

III - Autorizar a abertura de procedimento licitatório e aprovar as justificativas atinentes às exigências editalícias;

IV - Adjudicar o objeto ao vencedor e homologar o resultado da licitação;

V - Decidir pela revogação ou anulação da licitação;

VI - Celebrar contratos administrativos, atas de registro de preços, convênios, acordos de cooperação e ajustes congêneres, bem como os respectivos termos aditivos.

#### **SEÇÃO II**

#### **DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO**

**Art. 5º** - O agente de contratação, que também poderá atuar como Pregoeiro, é o agente público designado pela autoridade máxima definida no artigo 4º desta Resolução, entre servidores efetivos ou comissionados do quadro da Câmara Municipal, com a incumbência de condução da fase que inclui o recebimento e o julgamento das propostas, a negociação de condições mais vantajosas para o serviço público com o primeiro colocado, o exame de documentos, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.

**Art. 6º** - São atribuições do Agente de Contratação:

I - auxiliar, quando solicitado, na elaboração dos atos da fase interna que não são suas atribuições;

II - coordenar e conduzir os trabalhos da equipe de apoio;

III - receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos;

IV - iniciar e conduzir a sessão pública da licitação;

V - receber e examinar as credenciais e proceder ao credenciamento dos interessados;

VI - receber e examinar a declaração dos licitantes dando ciência da regularidade quanto às condições de habilitação;

VII - verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;

VIII - coordenar a sessão pública e o envio de lances e propostas;

IX - verificar e julgar as condições de habilitação;

X - conduzir a etapa competitiva dos lances e propostas;

XI - sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica e, se necessário, afastar licitantes em razão de vícios insanáveis;



XII - receber recursos, apreciar sua admissibilidade e, se não reconsiderar a decisão, encaminhá-los à autoridade competente;

XIII - proceder à classificação dos proponentes depois de encerrados os lances;

XIV - indicar a proposta ou o lance de menor preço e a sua aceitabilidade;

XV - indicar o vencedor do certame;

XVI - no caso de licitação presencial, receber os envelopes das propostas de preço e dos documentos de habilitação, proceder à abertura dos envelopes das propostas de preço, ao seu exame e à classificação dos proponentes;

XVII - negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor;

XVIII - elaborar, em parceria com a equipe de apoio, a ata da sessão da licitação;

XIX - instruir e conduzir os procedimentos auxiliares e os procedimentos para contratação direta;

XX - encaminhar o processo licitatório, devidamente instruído, após a sua conclusão, à autoridade superior da Câmara Municipal para adjudicação, homologação e contratação;

XXI - propor à autoridade competente a revogação ou a anulação da licitação;

XXII - propor à autoridade competente a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade;

XXIII - inserir os dados referentes ao procedimento licitatório nas plataformas de publicações devidas e necessárias, quando não houver setor responsável por estas atribuições.

XXIV - atuar, quando designado pela Presidência, nos processos de contratações diretas.

§ 1º - O Agente de Contratação poderá ser auxiliado por equipe de apoio, designada pela Presidência da Câmara Municipal e composta por, no mínimo, 03 (três) membros, dentre servidores efetivos, ocupantes de cargos em comissão da Câmara Municipal ou cedidos de outros órgãos ou entidades, que responderão individualmente pelos atos que cada um praticar, salvo quando induzido a erro.

§ 2º - No desempenho das atividades, o agente de Contratação e membros da equipe de apoio poderão contar com auxílio de assessorias técnicas e jurídicas, do controle interno e, também, de profissionais especialistas mediante contratação específica, se for o caso.

§ 3º - O Agente de Contratação será designado Pregoeiro em licitação na modalidade Pregão, sendo responsável pela condução do certame e desempenhará no âmbito do pregão as mesmas atribuições previstas neste Artigo.

### SEÇÃO III DO GESTOR DO CONTRATO

**Art. 7º** - O gestor do contrato é o agente público designado pela Presidência da Câmara Municipal, dentre servidores efetivos ou comissionados, com atribuições de acompanhar o processo de gestão contratual desde a formalização até o encerramento, podendo inspecionar, examinar e verificar a conformidade de sua execução.

**Art. 8º** - São atribuições básicas do Gestor de Contrato:

I - acompanhar a execução dos contratos, especialmente os relacionados ao cumprimento do cronograma de entrega e recebimento de bens e serviços, bem como os relacionados à execução do cronograma físico-financeiro das obras e reformas, a fim de garantir a perfeita execução do contrato;

II - observar os prazos de vigência e execução dos contratos e tomar as medidas necessárias para que sejam executados conforme o que formalizado contratualmente, visando atender as necessidades do Legislativo;

III – opinar junto à Presidência da Câmara Municipal sobre a renovação, prorrogação ou alteração dos contratos, sobre a realização de novo procedimento licitatório ou de contratação direta, bem como sobre a suspensão da entrega de bens ou da realização de serviços, quando motivado;

IV - tomar providências para apurar o descumprimento do contrato ou fraude na sua execução, levando à conhecimento da autoridade máxima da Câmara Municipal;

V – Se pronunciar sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos;

VI - dirimir dúvidas dos fiscais de contrato sobre a correta execução contratual e sua fiscalização;

#### SEÇÃO IV DO FISCAL DO CONTRATO

**Art. 9º** - O fiscal de contrato é o servidor efetivo ou comissionado designado pela Presidência da Câmara Municipal, para fiscalizar a execução de contrato.

**Art. 10** - São atribuições do Fiscal de Contrato:

I - Zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e, submeter aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassarem a sua competência;

II - Avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados e/ou materiais fornecidos pela contratada, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e eventualmente, propor a autoridade superior a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas;

III - Atestar, formalmente, nos autos dos processos, as notas fiscais relativas aos serviços prestados e/ou aos materiais fornecidos, antes do encaminhamento ao financeiro para pagamento;

IV - realizar tarefas relacionadas ao controle dos prazos do contrato, acompanhamento do empenho, pagamento, termos aditivos, acompanhamento de garantias e glosas;

V - Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, solicitando os documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

VI - prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências;

VII - adotar as medidas preventivas de controle dos contratos, inclusive manifestar-se a respeito da suspensão da entrega de bens, a realização de serviços ou a execução de obras;

VIII– Atestar o recebimento do objeto contratado, quando for o caso;

IX - propor à autoridade máxima da Câmara Municipal sobre abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade, quando for o caso;

#### SEÇÃO V DAS CONDIÇÕES GERAIS AOS AGENTES PÚBLICOS

**Art. 11** - O agente público designado para atuar como agente de contratação, de integrante de equipe de apoio, gestor ou de fiscal de contratos, não poderá ser cônjuge ou companheiro de licitantes ou contratados habituais da Câmara Municipal nem tenha com eles vínculo de parentesco, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ou de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil.



**Art. 12** - A Câmara Municipal poderá providenciar a qualificação prévia de servidor para o desempenho das suas atribuições, conforme a natureza e a complexidade do objeto, ou designar outro servidor com a qualificação requerida, na hipótese de deficiência, limitações técnicas ou de desempenho que possam impedir o cumprimento das exigências estabelecidas.

**Art. 13** – Para melhor desempenho e subsidiar os agentes públicos mencionados neste capítulo, a Câmara Municipal poderá disponibilizar assessoramento de terceiros através de empresa ou profissional contratado.

§ 1º - A empresa ou o profissional contratado assumirá responsabilidade civil objetiva pela veracidade e pela precisão das informações prestadas, firmará termo de compromisso de confidencialidade e não poderá exercer atribuição própria do agente a que esteja sendo assessorado.

§ 2º - A contratação de terceiros não eximirá da responsabilidade o agente público designado, nos limites das informações recebidas da assessoria recebida.

**Art. 14** – Fica vedada a designação do mesmo agente público para atuação simultânea naquelas mais suscetíveis a riscos durante o processo de contratação, observada a segregação de funções.

### CAPITULO III DAS LICITAÇÕES

**Art. 15** - O processo licitatório tem por objetivo assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação que ofereça a melhor ou mais vantajosa condição para a Câmara Municipal, assegurado o tratamento isonômico entre os licitantes e a justa competição, além de evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos.

**Art. 16** – No âmbito da Câmara Municipal, aplicar-se-á, no que couber:

I - as disposições dos Artigos 28 a 32 da Lei Federal 14.133, de 01 de abril de 2021, para a definição das modalidades das licitações, que constará no edital.

II – as disposições dos Artigos 33 a 39 da Lei Federal 14.133, de 01 de abril de 2021, para a definição dos critérios de julgamento das licitações, que constará no edital.

§ 1º - Em caso de empate entre duas ou mais propostas no processo licitatório, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

I - disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

II - avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, demonstrado através de contratos com objetos similares nos últimos 6 (seis) meses.

§ 2º - Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por empresas estabelecidas no Município e sequencialmente no Estado da contratante.

§ 3º - Para o julgamento por técnica e preço, o desempenho anterior na execução de contratos com a Câmara Municipal deverá ser considerado na pontuação técnica.

§ 4º - No a Câmara Municipal, considera-se autoaplicável o disposto nos §§ 3º e 4º, do art. 88, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, cabendo ao edital da licitação detalhar a forma de cálculo da pontuação técnica.

**Art. 17** - O processo de licitação observará as seguintes fases, em sequência:

- I - preparatória;
- II - de divulgação do edital de licitação;
- III - de apresentação de propostas e lances, quando for o caso;
- IV - de julgamento;
- V - de habilitação;
- VI - recursal;
- VII - de homologação.

Parágrafo Único - As licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica, admitida a utilização da forma presencial, desde que motivada, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo.

**Art. 18** – Na fase preparatória do processo deve constar:

- I - descrição da necessidade da contratação;
- II - definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;
- III - definição das condições de execução, de pagamento e das condições de recebimento;
- IV - orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;
- V - laboração do edital de licitação;
- VI - elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;
- VII - regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia;
- VIII - modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação que ofereça melhores condições para a Câmara Municipal,

**Art. 19** - Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento Jurídico da Câmara Municipal para emissão de parecer.

§ 1º - Encerrada a instrução do processo com a emissão do parecer jurídico, o Presidente da Câmara determinará a divulgação do edital de licitação e seus anexos.

§ 2º - A divulgação mencionada no § 1º deste artigo, será realizada através do Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, observado para este fim o prazo estabelecido no Art. 176, da Lei Federal 14.133, de 01 de abril de 2021, para que seja adotado o referido portal.

§ 3º - enquanto não for adotado o PNCP, a publicação das informações exigidas pela Lei Federal nº 14.133/2021 será realizada através do diário oficial, admitida a publicação sob a forma de extrato, devendo ser disponibilizada a versão física dos documentos no setor responsável pelas licitações da Câmara Municipal.

§ 4º - É facultada a divulgação adicional e a manutenção do inteiro teor do edital e de seus anexos em sítio eletrônico oficial da Câmara Municipal.

**Art. 20** – Os prazos para apresentação de propostas e lances, contados a partir da data de divulgação do edital de licitação, assim como o modo de disputa, são os definidos nos Artigos 55 e 56 da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, devendo constar no edital.

## CAPÍTULO IV DA HABILITAÇÃO

**Art. 21** - A habilitação é a fase da licitação em que se verifica o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, observada as situações jurídica, técnica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira.

**Art. 22** - Para efeito de verificação da qualificação técnica, quando não se tratar de contratação de obras e serviços de engenharia, os atestados de capacidade técnico-profissional e técnico-operacional poderão ser substituídos por outra prova de que o profissional ou a empresa possui conhecimento técnico e experiência prática na execução de serviço de características semelhantes, tais como contratos ou notas fiscais abrangendo a execução de objeto compatível ou por similaridade com o licitado.

**Art. 23** - Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, comprovadamente, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

**Art. 24** - As condições de habilitação serão definidas no Edital, que constará a relação dos documentos exigidos a serem enviados pelo licitante vencedor, aproveitável no que couber as disposições da Lei 14.133, de 01 de abril de 2021.

Parágrafo Único - Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, a Câmara Municipal examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

**Art. 25** - Na fase de habilitação das licitações serão observadas as seguintes disposições:

I - poderá ser exigida dos licitantes a declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

II - será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor, exceto quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento;

III - serão exigidos os documentos relativos à regularidade fiscal, em qualquer caso, somente em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

IV - Na análise dos documentos de habilitação, o agente público responsável pela licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

V - Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

**Art. 26** - A habilitação jurídica visa demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa ou, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade econômica a ser contratada.

Parágrafo Único - A atividade econômica do ato constitutivo da empresa licitante não precisa ser idêntica à descrita no edital de licitação, bastando que haja compatibilidade do ramo de atividade desenvolvido pela empresa com o objeto licitado, para que seja atendida a habilitação jurídica.

**Art. 27** - A documentação relativa à qualificação técnico-profissional para fins de contratação de serviços comuns, quando exigida, será restrita a apresentação de certidão de regularidade da pessoa física ou da pessoa jurídica e seu responsável técnico, junto ao conselho profissional competente, observado o ramo de atividade.

**Art. 28** - Em se tratando de serviços contínuos, o edital poderá exigir declaração ou atestado que demonstre que o licitante tenha executado serviços

similares ao objeto da licitação, em períodos sucessivos ou não, por um prazo mínimo, que não poderá ser superior a 3 (três) anos.

**Art. 29** - As habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

I - inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

II - comprovação de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante;

III - regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

IV - regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS;

V - regularidade perante a Justiça do Trabalho;

VI - cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal.

§ 1º Os documentos referidos nos incisos do caput deste artigo poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico.

§ 2º A comprovação de atendimento do disposto nos incisos III, IV e V do caput deste artigo deverá ser feita na forma da legislação específica.

**Art. 30** - Para a habilitação econômico-financeira, será exigida certidão negativa de feitos sobre falência e/ou concordata expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ficando a critério da administração dispor no edital sobre a exigência de balanço patrimonial do último exercício social.

Parágrafo Único - Para o atendimento do disposto no caput deste artigo, é vedada a exigência de valores mínimos de faturamento anterior e de índices de rentabilidade ou lucratividade.

**Art. 31** - A documentação exigida para habilitação poderá ser:

I - apresentada em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela Câmara Municipal;

II - dispensada, total ou parcialmente, nas contratações para entrega imediata e nas contratações em valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras e serviços em geral.

## CAPÍTULO V

### DAS CONTRATAÇÕES DIRETAS

**Art. 32** - O processo de contratação direta, que compreende os casos de dispensa e de inexigibilidade de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - Documento de Formalização de Demanda - DFD contendo basicamente:

- Informações do setor requisitante;
- Descrição da necessidade do objeto;
- Justificativa para a aquisição do bem ou da contratação do serviço solicitado;
- Quantidade pretendida para a aquisição ou contratação;
- Estimativa do valor da contratação;
- Indicação do período sugerido.

II - Despacho autorizativo da Presidência da Câmara Municipal;

III - Pesquisa de preço;

IV - Termo de referência, contendo:

- Descrição do objeto;
- Vigência da contratação;



- c) Forma, prazo e local da entrega do bem ou da prestação do serviço;
- d) Procedimentos de gestão e fiscalização do contrato;
- e) Documentação a ser exigida do contratado;
- f) Critérios de medição e de pagamento;
- g) Forma e critérios de seleção do fornecedor

Parágrafo Único - O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

**Art. 33** - O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos pesquisados e as quantidades a serem contratadas.

## SESSÃO I DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

**Art. 34** - é dispensável a licitação:

I – Na contratação de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores, no limite de valor de que trata o inciso I, do caput, do art. 75, da Lei nº 14.133, de 2021;

II – Na contratação de outros serviços e compras, no limite de valor de que trata o inciso II, do caput, do art. 75, da Lei nº 14.133/2021;

III – Na contratação de obras, bens e serviços, incluídos os serviços de engenharia, decorrente de licitação deserta ou fracassada, nos termos do disposto no inciso III, do art. 75, da Lei nº 14.133, de 2021, quando cabível.

§ 1º - Para fins de aferição dos valores que atendam aos limites referidos nos incisos I e II deste Artigo, deverá ser observado, como limite, o somatório da despesa realizada dentro do mesmo exercício financeiro com objetos de mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações do mesmo ramo de atividade.

§ 2º - Fica definido como objeto da mesma natureza ou mesmo ramo de atividade, para complementação ao disposto no § 1º deste Artigo e para efeito do somatório da despesa com contratações diretas anuais através de dispensa de licitação no mesmo exercício financeiro, a nomenclatura do tipo específico de cada serviço ou compra que for contratada para atender o interesse da Câmara Municipal, definida no documento de formalização de demanda –DFD.

## SEÇÃO II DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

**Art. 35** - Aplicam-se as disposições do Artigo 74, da Lei Federal 14.133, de 01 de abril de 2021, para a contratação através de inexigibilidade de licitação no âmbito da Câmara Municipal.

## CAPÍTULO VI DO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

**Art. 36** - A Câmara Municipal poderá elaborar Plano de Contratações Anual, com o objetivo de racionalizar os processos de contratações, garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias.

**Art. 37** - No caso de ser elaborado o Plano de Contratações Anual, cabe ao Presidente da Câmara Municipal editar Portaria autorizativa estabelecendo os respectivos prazos e designando equipe para elaboração.

Parágrafo Único – Para a elaboração do PCA de que trata este Artigo, o procedimento será inicialmente instruído com o documento de formalização de demanda com as seguintes informações:

I - justificativa da necessidade da contratação;

II - descrição sucinta do objeto;

III - quantidade a ser contratada, quando couber, considerada a expectativa de consumo anual;

IV - estimativa preliminar do valor da contratação, por meio de procedimento simplificado;

V - indicação da data ou período pretendido para a conclusão da contratação, a fim de não gerar prejuízos ou descontinuidade das atividades da Câmara Municipal;

VI - grau de prioridade da compra ou da contratação em baixo, médio ou alto;

VII - indicação de vinculação ou dependência com o objeto de outro documento de formalização de demanda para a sua execução, com vistas a determinar a sequência em que as contratações serão realizadas.

**Art. 38** - Ficam dispensadas de registro no plano de contratações anual:

I – Os casos de comprovada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços ou da segurança das pessoas no âmbito da Câmara Municipal;

II - as pequenas compras e a prestação de serviços de pronto pagamento, de que trata o § 2º, do art. 95, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

III – Nas contratações de serviços de manutenção de veículos automotores de propriedade da Câmara Municipal, incluído o fornecimento de peças, na forma estabelecida pelo § 7º, do Artigo 75, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

## CAPITULO VII DO ESTUDO TECNICO PRELIMINAR

**Art. 39** - No âmbito da Câmara Municipal, a obrigação de elaborar Estudo Técnico Preliminar aplica-se nas licitações para aquisição de bens e à contratação de serviços e obras, inclusive locação e contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC, sendo facultativo nos seguintes casos:

I - Contratação de obras, serviços, compras e locações, cujos valores se enquadrem nos limites dos incisos I e II, do art. 75, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, independentemente da forma de contratação;

II – Pequenas compras e a prestação de serviços de pronto pagamento, de que trata o § 2º, do art. 95, da Lei nº 14.133, de 2021.

III – Nas contratações de serviços de manutenção de veículos automotores de propriedade da Câmara Municipal, incluído o fornecimento de peças, na forma estabelecida pelo § 7º, do Artigo 75, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

IV - contratação de remanescente nos termos dos §§ 2º a 7º, do art. 90, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

V – Nas contratações rotineiras para a aquisição de bens e prestação de serviços de natureza comum, onde a solução apontada em contratações anteriores se demonstre em melhores condições para a Câmara Municipal;

VI - Quaisquer alterações contratuais realizadas por meio de Termo Aditivo ou Apostilamento, inclusive acréscimos quantitativos e prorrogações contratuais relativas a serviços contínuos.

**Art. 40** – No caso de elaboração do Estudo Técnico Preliminar – ETP, deverá conter basicamente os seguintes elementos:

I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, caso tenha sido elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento do Legislativo Municipal;

III - requisitos da contratação;

IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;

VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se o Legislativo optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;

IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

X - providências a serem adotadas pelo Legislativo previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

XI - contratações correlatas e/ou interdependentes;

XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;

XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

Parágrafo Único - O Estudo Técnico Preliminar deverá conter ao menos os elementos previstos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII deste artigo e, quando não contemplar os demais elementos previstos no referido parágrafo, apresentar as devidas justificativas.

## CAPITULO VIII DO CATÁLOGO ELETRÔNICO DE PADRONIZAÇÃO DE COMPRAS

**Art. 41** - A Câmara Municipal poderá elaborar catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, o qual poderá ser utilizado em licitações cujo critério de julgamento seja o de menor preço ou o de maior desconto e conterá toda a documentação e os procedimentos próprios da fase interna de licitações, assim como as especificações dos respectivos objetos.

Parágrafo Único - Enquanto não for elaborado o catálogo eletrônico a que se refere o caput deste Artigo, será adotado preferencialmente o catálogo do Governo Federal ou outros catálogos disponibilizados por órgãos públicos.

## CAPITULO IX DA PESQUISA DE PREÇOS

**Art. 42** - A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado na licitação para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral,

inclusive para fins de contratação direta, será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, adotado de forma combinada ou não:

I – Pesquisa através de publicações oficiais relativas a contratações similares de bens ou serviços por outros entes ou órgãos públicos, em execução ou concluídas no período não superior a 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, considerado ainda para este fim de pesquisa as publicações no diário oficial da FECAM/RN e da FEMURN.

II – Pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas;

III – Paineis de preços do Governo Federal;

IV – Paineis de Preços do Governo Estadual ou Painel regionalizado de preços;

V – Pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo;

VI – Pesquisa no banco de preços de contratações similares disponíveis no portal nacional de compras públicas e em outros painéis ou portais de preços ou de compras públicas do âmbito nacional, estadual, regional;

VII – Pesquisa direta com, no mínimo, 03 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 06 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital.

§ 1º - Adotar-se-á, para a obtenção do preço estimado, cálculo que incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata este Artigo, desconsiderados os valores inexequíveis e os excessivamente elevados nos seguintes parâmetros:

I – Preços excessivos, aqueles que sejam superiores a 30% (trinta por cento) da média dos demais preços coletados;

II – Preços inexequíveis, aqueles que sejam inferiores a 70% (setenta por cento) da média dos demais preços coletados.

§ 2º - A partir dos preços obtidos por meio dos parâmetros de que trata este Artigo, o valor estimado poderá ser, a critério da Câmara Municipal, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, podendo ainda ser utilizados outros critérios ou métodos, desde que devidamente justificado nos autos e autorizado pelo Presidente da Câmara Municipal.

§ 3º - Excepcionalmente, será admitida a determinação de preço estimado com base em menos de três preços, desde que devidamente justificado nos autos.

§ 4º - Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa, quando não for possível estimar o valor do objeto, a justificativa de preços se dará mediante comprovação dos preços praticados pelo contratado em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes, públicos ou privados, contratos, empenhos, extratos contratuais e documentos equivalentes, emitidos no período de até 01 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, ou por outro meio idôneo devidamente justificado.

§ 5º - Em todas as situações estabelecidas neste Artigo, o agente público responsável pela realização da pesquisa deverá juntar a documentação aos autos.

**Art. 43** - Para a contratação das obras e serviços de engenharia, o preço global de referência é o valor do custo global e, quando for o caso, acrescido do percentual de benefícios e despesas indiretas - BDI de referência e dos encargos sociais cabíveis.

§ 1º - As composições de custos unitários e o detalhamento de encargos sociais e do BDI (Benefícios de despesas indiretas) integram o orçamento que



## RIO GRANDE DO NORTE, SEGUNDA-FEIRA, 06 DE NOVEMBRO DE 2023 - ANO: VI - Nº: 1771

compõe o projeto básico da obra ou serviço de engenharia, devem constar dos anexos do edital de licitação e das propostas das licitantes.

§ 2º - Deverão fazer parte da documentação que integra o orçamento-base que instrui o procedimento licitatório:

I - anotação de responsabilidade técnica do(s) profissional(is) responsável(is) pela elaboração do orçamento-base da licitação, inclusive suas eventuais alterações; e

II - declaração expressa do autor das planilhas orçamentárias quanto à compatibilidade dos quantitativos e dos custos constantes de referidas planilhas com os quantitativos do projeto de engenharia e os custos do Sistema utilizado.

§ 3º - Na elaboração do orçamento de obras e serviços de engenharia deverão ser definidos os critérios de aceitabilidade dos preços unitário e global, com fixação de preços máximos para ambos, os quais deverão constar no edital.

§ 4º - O edital deve vedar expressamente a aceitação de preços unitários acima dos previstos no orçamento.

§ 5º - Excepcionalmente, será admitida a determinação de preço estimado com base em menos de três preços, desde que devidamente justificada nos autos.

**Art. 44** - Nos casos de locação de imóveis em que a Câmara Municipal seja locatária, o preço será definido por avaliação oficial.

§ 1º - O valor indicado no laudo oficial é o preço máximo pelo qual o contrato poderá ser firmado.

§ 2º - Nos aditivos e apostilamentos para reajuste e prorrogação contratual, o preço contratual poderá ser definido mediante simples reajuste do valor indicado no contrato, de acordo com o índice de reajuste previsto no respectivo contrato ou, quando não previsto, pelo IPCA-E.

§ 3º - Na locação de imóveis, para fins de demonstração da vantajosidade da contratação, a Câmara Municipal deverá considerar, além do preço estimado do bem, o seu estado de conservação, e os custos de adaptações, bem como, quando imprescindíveis para a necessidade de sua utilização, deverá observar o prazo de amortização dos investimentos.

§ 4º - A avaliação oficial a que se refere o caput deste artigo será realizada por comissão de servidores, designadas para tal finalidade.

§ 5º - A locação poderá ser realizada por inexigibilidade na situação em que o imóvel, cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha, devidamente justificado

### CAPÍTULO X DO TERMO DE REFERENCIA

**Art. 45** - O Termo de Referência é o documento elaborado que deve conter o conjunto de elementos necessários e suficientes para caracterizar os serviços a serem contratados ou os bens a serem fornecidos, capazes de permitir à Câmara Municipal a adequada avaliação dos custos com a contratação e orientar a correta execução, gestão e fiscalização do contrato.

§ 1º - O termo de referência deverá conter basicamente as seguintes informações:

I - definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação;

II - fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes, quando for o caso;

III - modelo de gestão e fiscalização do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade;

IV - Documentação a ser exigida do contratado

V - critérios de medição e de pagamento;

VI - forma e critérios de seleção do fornecedor;

VII - estimativas do valor da contratação, acompanhadas, quando couber, dos preços unitários referenciais e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado;

VIII - a adequação orçamentária e compatibilidade, quando for o caso, com a lei de diretrizes orçamentárias e com o plano plurianual;

IX - especificação do produto;

X - indicação dos locais de entrega dos produtos e das regras para recebimentos provisório e definitivo, quando for o caso;

XI - especificação da garantia exigida e das condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso;

XII - formas, condições e prazos de pagamento, bem como o critério de reajuste, quando for o caso.

§ 2º - O termo de referência deverá ser elaborado pelo órgão demandante, podendo ser auxiliado por outros setores da Câmara Municipal.

**Art. 46** - Será dispensada a elaboração do Termo de Referência nas hipóteses de dispensa de licitação de que tratam os incisos I, II e III, bem como no § 7º, todos do Artigo 75, da Lei nº 14.133, de 2021, e nos casos de adesão à ata de registro de preço e prorrogações dos contratos de serviços e fornecimentos contínuos.

Parágrafo Único – Nas adesões a atas de registro de preços de que trata o caput, o Estudo Técnico Preliminar – ETP, quando aplicável, deverá conter as informações que bem caracterizam a contratação tais como o quantitativo demandado

## CAPITULO XI DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

**Art. 47** - No âmbito da Câmara Municipal, é permitida a adoção do sistema de registro de preços para contratação de bens e serviços comuns, inclusive de engenharia, sendo vedada a adoção do sistema de registro de preços para contratação de obras de engenharia.

**Art. 48** - As licitações da Câmara Municipal processadas pelo sistema de registro de preços poderão ser adotadas nas modalidades de Pregão ou Concorrência.

§ 1º - não será admitida a cotação de quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, sob pena de desclassificação.

§ 2º - O edital deverá informar o quantitativo mínimo previsto para cada contrato oriundo da ata de registro de preços, com vistas a reduzir o grau de incerteza do licitante na elaboração da sua proposta, sem que isso represente ou assegure ao fornecedor direito subjetivo à contratação.

**Art. 49** - A ata de registro de preços terá prazo de validade de até 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados.

**Art. 50** - A ata de registro de preços não será objeto de reajuste, repactuação, revisão, supressão ou acréscimo quantitativo ou qualitativo, sem prejuízo da incidência desses institutos aos contratos dela decorrente, nos termos da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

**Art. 51** - Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124, da Lei nº 14.133, de 2021.

## RIO GRANDE DO NORTE, SEGUNDA-FEIRA, 06 DE NOVEMBRO DE 2023 - ANO: VI - Nº: 1771

**Art. 52** - A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços será definida no edital ou no aviso de contratação direta, observado o disposto no art. 105, da Lei nº 14.133, de 2021.

**Art. 53** – Tomar-se-á por base, no que couber, as disposições da Lei federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, para os demais procedimentos relativos ao sistema de registro de preços no âmbito da Câmara Municipal.

### CAPÍTULO XII DO CREDENCIAMENTO

**Art. 54** - O credenciamento poderá ser utilizado quando a Câmara Municipal pretender formar uma rede de prestadores de serviços, pessoas físicas ou jurídicas, e houver inviabilidade de competição em virtude da possibilidade da contratação de qualquer uma das empresas credenciadas.

§ 1º - O credenciamento será divulgado por meio de edital de chamamento público, que deverá conter as condições gerais para o ingresso de qualquer prestador interessado em integrar a lista de credenciados, desde que preenchidos os requisitos definidos no referido documento.

§ 2º - O Poder Legislativo Municipal fixará o preço a ser pago ao credenciado, bem como as respectivas condições de reajustamento.

§ 3º - A escolha do credenciado poderá ser feita por terceiros sempre que este for o beneficiário direto do serviço.

§ 4º - Quando a escolha do prestador for feita pela Câmara Municipal, o instrumento convocatório deverá fixar a modalidade pela qual será feita a distribuição dos serviços, desde que tais critérios sejam aplicados de forma objetiva e impessoal.

§ 5º - O prazo mínimo para recebimento de documentação dos interessados não poderá ser inferior a 30 (trinta) dias.

§ 6º - O prazo para credenciamento deverá ser reaberto, no mínimo, uma vez a cada 12 (doze) meses, para ingresso de novos interessados.

### CAPÍTULO XIII DO REGISTRO CADASTRAL

**Art. 55** – A Câmara Municipal poderá adotar sistema de registro cadastral próprio de fornecedores, desde que regulamentado por ato normativo específico e aplicável, no que couber, as disposições do Artigo 87, da Lei Federal 14.133, de 01 de abril de 2021.

### CAPÍTULO XIV DAS ALIENAÇÕES

**Art. 56** - A alienação de bens da Câmara Municipal, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - tratando-se de bens imóveis, exigirá autorização legislativa e dependerá de licitação na modalidade leilão, dispensada a realização de licitação nos casos de:

a) dação em pagamento;

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da Administração Pública Municipal;

c) permuta por outros imóveis que atendam aos requisitos relacionados às finalidades precípuas da Câmara Municipal;

II - tratando-se de bens móveis, exigência de autorização legislativa e dependerá de licitação na modalidade leilão, dispensada a realização de licitação nos casos de:

a) doação, de bens considerados inservíveis, sendo permitida para atender fins e uso de interesse social de entidades organizadas e para organizações governamentais públicas;

b) permuta, permitida exclusivamente entre órgãos ou entidades da Administração Pública;

Parágrafo Único - O imóvel doado com base na alínea "b", do inciso I, do caput deste artigo, cessadas as razões que justificaram sua doação, será revertido ao patrimônio da pessoa jurídica doadora, vedada sua alienação pelo beneficiário.

## CAPITULO XV DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

**Art. 57** - Os contratos de que trata esta Lei regular-se-ão pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, e a eles serão aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

§ 1º - Todo contrato deverá mencionar os nomes das partes e os de seus representantes, a finalidade, o ato que autorizou sua lavratura, o número do processo da licitação ou da contratação direta e a sujeição dos contratantes às normas desta Lei e às cláusulas contratuais.

§ 2º - Os contratos deverão estabelecer com clareza e precisão as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, as obrigações e as responsabilidades das partes, em conformidade com os termos do edital de licitação e os da proposta vencedora ou com os termos do ato que autorizou a contratação direta e os da respectiva proposta.

**Art. 58** - Os contratos e seus aditamentos terão forma escrita e serão juntados ao processo que tiver dado origem à contratação, salvo o de pequenas compras ou o de prestação de serviços de pronto pagamento de valor não superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) que poderá, excepcionalmente, ser verbal.

**Art. 59** - O instrumento de contrato é obrigatório, salvo nas seguintes hipóteses, em que a Câmara Municipal poderá substituí-lo por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço:

I - dispensa de licitação em razão de valor;

II - compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor.

Parágrafo Único - Às hipóteses de substituição do instrumento de contrato, aplica-se, no que couber, o disposto no art. 92, da Lei Federal 14.133, de 01 de abril de 2021.

**Art. 60** - São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam:

I - o objeto e seus elementos característicos;

II - a vinculação ao edital de licitação e à proposta do licitante vencedor ou ao ato que tiver autorizado a contratação direta e à respectiva proposta;

III - a legislação aplicável à execução do contrato, inclusive quanto aos casos omissos;

IV - o regime de execução ou a forma de fornecimento;

V - o preço e as condições de pagamento, os critérios, aditamentos, a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;

VI - os critérios e a periodicidade da medição, quando for o caso, e o prazo para liquidação e para pagamento;

VII - os prazos de início das etapas de execução, conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo, quando for o caso;



VIII - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;

IX - o prazo de garantia mínima do objeto, observados os prazos mínimos estabelecidos nesta Lei e nas normas técnicas aplicáveis, e as condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso;

X - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas e suas bases de cálculo, quando for o caso;

XI - os casos de extinção.

XII - o foro da sede da Administração para dirimir qualquer questão contratual.

**Art. 61** - A divulgação do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer nos seguintes prazos, contados da data de sua assinatura:

I - 20 (vinte) dias úteis, no caso de licitação;

II - 10 (dez) dias úteis, no caso de contratação direta.

Parágrafo Único - No caso de obras, 25 (vinte e cinco) dias úteis para os quantitativos e os preços unitários e totais que contratar e, em até 45 (quarenta e cinco) dias úteis após a conclusão do contrato, os quantitativos executados e os preços praticados.

**Art. 62** - A duração dos contratos regidos por esta Lei será a prevista em edital, e deverão ser observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade anual de créditos orçamentários.

**Art. 63** - A Câmara Municipal poderá celebrar contratos com prazo de até 5 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, observado quanto ao seguinte:

I - Existência de créditos orçamentários para cada ano vinculados à contratação;

II - Opção de ser extinto o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem;

§ 1º - A extinção mencionada no inciso II deste artigo, ocorrerá apenas em cada data de aniversário do contrato e não poderá ocorrer em prazo inferior a 2 (dois) meses, contado da referida data.

§ 2º - Aplica-se o disposto neste artigo ao aluguel de equipamentos e à utilização de programas ou sistemas de informática.

**Art. 64** - Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que as condições permanecem vantajosas para a Câmara Municipal, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

§ 1º - Os contratos poderão ser alterados por aditivo, com acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras.

§ 2º - Os aditivos contratuais não são obrigatoriamente estabelecidos em tempos iguais aos dos contratos.

**Art. 65** - A Administração poderá estabelecer a vigência por prazo indeterminado nos contratos em que seja usuária de serviço público oferecido em regime de monopólio, desde que comprovada, a cada exercício financeiro, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação.

**Art. 66** – Poderão ser aplicadas as disposições da Lei Federal 14.133, de 01 de abril de 2021, para as demais situações ou procedimentos relacionados à formalização e execução dos contratos que não estejam previstos nesta Resolução.

## **CAPÍTULO XVI DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES**

**Art. 67** - Para os casos de infrações cometidas vinculadas a processos de licitações e contratos realizados pela Câmara Municipal, serão aplicadas, conforme cada caso, as disposições contidas nos artigos 155, 156, 157 e 158, todos da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, observados o contraditório e a ampla defesa.

## **CAPÍTULO XVII DO REGIME DE TRANSIÇÃO**

**Art. 68** - A Câmara Municipal poderá optar por licitar ou contratar diretamente, com fundamento na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, inclusive licitações para registro de preço, desde que:

I - a publicação do edital ou do ato autorizativo da contratação direta ocorra até 29 de dezembro de 2023;

II - a opção escolhida seja expressamente indicada no edital ou no ato autorizativo da contratação direta.

§ 1º - Para os processos licitatórios ou de contratação direta que já foram iniciados, mas que não tiveram seus editais ou extratos de ratificação por contratação direta publicados, a autoridade competente deverá fazer a opção na forma do caput.

§ 2º - Os contratos ou instrumentos equivalentes e respectivos aditivos, assim como as atas de registro de preço firmados na hipótese do caput deste artigo, serão regidos pela legislação de escolha da Presidência da Câmara até o término de suas vigências ou até a entrega definitiva do objeto, sendo possível admitir adesões às atas, conforme estabelecido no respectivo instrumento convocatório.

## **CAPÍTULO XVIII DISPOSIÇÕES GERAIS SEÇÃO I DOS BENS E SERVIÇOS - COMUM E DE LUXO**

**Art. 69** - Os materiais, produtos e equipamentos adquiridos para suprir as demandas da estrutura funcional e administrativa da Câmara Municipal, deverão ser de qualidade comum, compatível com a finalidade a que se destina por meios de especificações usuais existentes no mercado, não superior à necessária para cumprir as finalidades às quais se destinam, sendo vedada a aquisição de artigos considerados bens de luxo.

**Art. 70** - Os materiais, produtos e equipamentos adquiridos para suprir as demandas e necessidades da estrutura funcional e organização administrativa da Câmara Municipal, deverão ser de qualidade comum com especificações usuais do mercado, sendo vedada a aquisição de artigos considerados bens de luxo.

**Art. 71** - São considerados de qualidade de luxo e vedados para aquisição pela Câmara Municipal, o bem identificável com características de ostentação, opulência, requinte, supérfluos e não necessários ou essenciais ao funcionamento e organização administrativa da Câmara Municipal.

**Art. 72** - Para fins de disposto nesta Resolução, considera-se:  
I – BEM DE QUALIDADE COMUM - todo material, equipamento e produto adquirido para suprir e atender as demandas e necessidades da organização



administrativa e o funcionamento da Câmara Municipal, que não se enquadrem na categoria de bem de qualidade de luxo.

II – BEM DE QUALIDADE DE LUXO – o bem identificável com características de ostentação, opulência ou requinte, considerados supérfluos e não necessários ou essenciais ao funcionamento e organização administrativa da Câmara Municipal.

III – SERVIÇOS CONSIDERADOS COMUNS - são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo ato convocatório, por meio de especificações usuais do mercado.

## SEÇÃO II BENS E SERVIÇOS DE NATUREZA CONTINUADA

**Art. 73** - Os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas, ao regular funcionamento da Câmara Municipal no desempenho das respectivas atribuições institucionais, inclusive por mais de um exercício financeiro, de modo que sua interrupção ou retardamento na execução possa comprometer a prestação do serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

§ 1º – São definidos como serviços prestados de forma contínua na Câmara Municipal, dentre outros, os seguintes:

- I - agenciamento de viagens e emissão de passagem aérea ou rodoviária;
- II - uso de plataformas de publicação de atos normativo;
- III - mídia impressa e eletrônica;
- IV - ferramentas de pesquisas on-line e de monitoramento on-line de redes sociais;
- V - plataforma de desenvolvimento de aplicativos móveis e plataforma tecnológica de materiais informativos; atendimento a usuários de Tecnologia da Informação e comunicação;
- VI - aluguel de equipamentos e utilização de programas de informática;
- VII - atividade de segurança ou vigilância armada e desarmada;
- VIII - cópia ou digitalização documental;
- IX – serviços de correios;
- X - desinsetização;
- XI - energia elétrica e abastecimento de água;
- XII - gerenciamento de sistemas ou programas de informática, uso de software;
- XIII - impressão de material gráfico;
- XIV – internet, intérprete de Libras;
- XV - jardinagem;
- XVI - operação, suporte e/ou manutenção de sistemas de ar-condicionado, de transmissão de sons e/ou imagens, de central telefônica, de equipamentos elétricos, eletrônicos, eletroeletrônicos, de combate a incêndio, com ou sem reposição de peças, componentes e acessórios;
- XVII - serviços de inspeção exigidos pelo e-social;
- XVIII - manutenção de veículo oficial;
- XIX - produção, operação, geração e transmissão de produtos e programas para rádio, televisão e web;
- XX - reparo e/ou recuperação de mobiliário e eletroeletrônicos;
- XXI - designer gráfico, gravação, edição, digitalização, organização e transmissão do áudio e vídeo das sessões plenárias;
- XXII - apoio à administração através de assessorias técnicas contábil, jurídica e administrativa;
- XXIII - seguro veicular;
- XXIV - telefonia fixa e móvel;

XXV - confecção de chaves, manutenção de veículos, pequenos serviços de pronto pagamento, além de outros necessários ao regular funcionamento institucional.

§ 2º - são considerados fornecimentos contínuos as compras de produtos e materiais para a manutenção da Câmara Municipal, tais como:

I – gêneros alimentícios em geral para suprimentos da copa/cozinha (açúcar; água mineral ou potável, café, chá, massas, salgados, dentre outros gêneros);

II – produtos diversos para limpeza, higiene e manutenção (papel higiênico, papel toalha, guardanapo, sabonete, sabão, detergente, gás de cozinha, álcool, dentre outros produtos necessários);

III – materiais de expediente e manutenção operacional (papel, caneta, lápis, cola, pasta, grampo, borracha, adesivo, grampeador, perfurador, clips, dentre outros materiais necessários);

IV - licenças de software, suprimentos para impressão em impressora; suprimentos para impressão de instrumentos de identificação, dentre outros;

V – uniformes;

VI – cadeira, mesa, birô, estante, armário, aparelho de ar refrigerado, computador, impressora, dentre outros móveis dentre outros móveis, equipamentos e acessórios diversos.

VII - combustíveis para veículo, além de peças e acessórios para manutenção;

VIII - pequenas compras de pronto atendimento, além de outros que se façam necessariamente indispensáveis ao regular funcionamento institucional.

### SEÇÃO III

#### DA DEFINIÇÃO DO OBJETO DA MESMA NATUREZA

**Art. 74** - Fica definido como objeto da mesma natureza ou mesmo ramo de atividade, para efeito do somatório da despesa com contratações diretas através de dispensa de licitação no mesmo exercício financeiro, a descrição do tipo específico de cada serviço ou da compra que for contratada para atender o interesse da Câmara Municipal, conforme nomenclatura definida no documento de formalização de demanda.

### SEÇÃO IV

#### DO PORTAL NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS

**Art. 75** - Enquanto não for adotado o Portal Nacional de Compras Públicas, a Câmara Municipal adotará o seguinte:

I - Publicação no diário oficial da FECAM/RN, das informações que a Lei Federal nº 14.133/2021 exige que sejam divulgadas em sítio eletrônico oficial, admitida a publicação de extrato;

II – Disponibilização no setor competente da Câmara Municipal, da versão física dos documentos publicados na forma do inciso I, deste Artigo.

**Art. 76** - Considerando o prazo previsto no art. 176 da Lei nº 14.133/2021, poderão ser realizados os procedimentos previstos nesta Lei, sob a forma presencial, até 31/03/2027.

### SEÇÃO V

#### DO SUPRIMENTO DE FUNDOS

**Art. 77** – A Câmara Municipal poderá, por ato normativo próprio, regulamentar a concessão de suprimento de fundos, destinado à realização de

despesa que, por sua natureza ou urgência, não possa subordinar-se ao processo normal de aplicação dos procedimentos desta Resolução.

## SEÇÃO VI DAS PEQUENAS COMPRAS E SERVIÇOS DE PRONTO PAGAMENTO

**Art. 78** - A Câmara Municipal estabelecerá, por ato normativo próprio, a regulamentação sobre despesas eventuais, consideradas de natureza miúdas e que exijam pronto pagamento, inclusive em viagem, observado para este fim os valores definidos nos Artigos 75, § 7º e 95, § 7º, ambos da Lei Federal 14.133, de 01 de abril de 2021.

**Art. 79** – A Mesa Diretora poderá expedir atos normativos complementares para a execução desta Resolução, especificamente para fins de regulamentação de tópicos específicos, podendo também aplicar supletivamente, no que couber, as disposições da Lei Federal 14.133/2021 para as situações não definidas.

## SEÇÃO VII DOS CASOS OMISSOS

**Art. 80** – Para os casos omissos ou situações não mencionadas para fins de aplicação dos procedimentos de licitações e contratos públicos, a Câmara Municipal adotará para sua aplicabilidade as disposições contidas na Lei Federal 14.133/2021, podendo aditar atos normativos próprios para fins de regulamentação de assuntos específicos abrangidos e vinculados com a presente Resolução.

**Art. 81** – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Santana do Seridó/RN, 31 de outubro de 2023.

Vereador Ivan Dantas de Souza  
Presidente

Vereadora Ana Paula de Oliveira Medeiros  
1ª Secretária

RIO GRANDE DO NORTE, SEGUNDA-FEIRA, 06 DE NOVEMBRO DE 2023 - ANO: VI - Nº: 1771

## ÍNDICE REMISSIVO

ASSUNTO	CAPÍTULO/SEÇÃO	Artigos
Das disposições preliminares	Capítulo I	1º a 3º
Agentes Públicos	Capítulo II	-
Autoridade máxima	Seção I	4º
Agente de contratação	Seção II	5º e 6º
Gestor de contrato	Seção III	7º e 8º
Fiscal de contrato	Seção IV	9º e 10
Condições gerais dos agentes públicos	Seção V	11 a 14
Licitações	Capítulo III	15 a 20
Habilitação	Capítulo IV	21 a 31
Contratação Direta	Capítulo V	32 a 33
Dispensa de Licitação	Seção I	34
Inexigibilidade de Licitação	Seção II	35
Plano de contratações anual - PCA	Capítulo VI	36 a 38
Estudo Técnico Preliminar - ETP	Capítulo VII	39 e 40
Catálogo eletrônico de padronização de compras	Capítulo VIII	41
Pesquisa de preços	Capítulo IX	42 a 44
Termo de referencia	Capítulo X	45 e 46
Sistema de registro de preços - SRP	Capítulo XI	47 a 53
Credenciamento	Capítulo XII	54
Registro cadastral	Capítulo XIII	55
Alienações	Capítulo XIV	56
Contratos administrativos	Capítulo XV	57 a 66
Infrações e penalidades	Capítulo XVI	67
Regime de transição	Capítulo XVII	68
Disposições gerais	Capítulo XVIII	-
Bens e serviços - comum e de luxo	Seção I	69 a 72
Bens e serviços de natureza continuada	Seção II	73
Definição do objeto da mesma natureza	Seção III	74
Portal nacional de compras públicas – PNCP	Seção IV	75 e 76
Suprimento de fundos	Seção V	77
Pequenas compras e serviços de pronto pagamento	Seção VI	78 e 79
Casos omissos	Seção VII	80 e 81

Câmara Municipal de Santana do Seridó/RN, 31 de outubro de 2023.

**Vereador Ivan Dantas de Souza**  
**Presidente**

**Vereadora Ana Paula de Oliveira Medeiros**  
**1ª Secretária**

**Publicado por:**  
IVAN DANTAS DE SOUZA  
**Código Identificador:** 40167436

RIO GRANDE DO NORTE, SEGUNDA-FEIRA, 06 DE NOVEMBRO DE 2023 - ANO: VI - Nº: 1771

## CÂMARA MUNICIPAL DE EXTREMOZ - EXTRATO



### ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE CÂMARA MUNICIPAL DE EXTREMOZ PODER LEGISLATIVO

**\*Republicado por incorreção**

**PROCESSO:** 023/2023

**INTERESSADO:** DIRETORIA GERAL CME

**ASSUNTO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS (NOVAS) DOS EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS E ELETRÔNICOS DO SISTEMA DE ÁUDIO E VÍDEO DA CÂMARA MUNICIPAL DE EXTREMOZ/RN.

#### EXTRATO PARA RATIFICAÇÃO DO TERMO DE DISPENSA Nº 021/2023

A Presidente da Câmara Municipal de Extremoz, no uso das suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Extremoz e pelo regimento Interno da Câmara Municipal de Extremoz, e em cumprimento aos termos da Lei 8.666/93, faz publicar o extrato o Extrato do Termo de dispensa nº 021/2023 do Processo Administrativo de contratação nº 023/2023

PROCESSO Nº .....: 023/2023

DISPENSA .....: Nº 021/2023

CONTRATANTE.....: CÂMARA MUNICIPAL DE EXTREMOZ

CONTRATADA(O).....: ALANA PRISCILLA DA SILVA, inscrita no CNPJ sob o nº 45.201.965/0001-80

OBJETO.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS (NOVAS) DOS EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS E ELETRÔNICOS DO SISTEMA DE ÁUDIO E VÍDEO DA CÂMARA MUNICIPAL DE EXTREMOZ/RN.

VALOR GLOBAL .....: R\$ 10.920,00 (**Dez mil, novecentos e vinte reais**),

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTARIA: 01.001.031.0102.339039.99.15000

PODENDO SER RENOVADO NOS TERMOS DA LEI Nº 8.666/93.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL .....: LEI Nº 8.666/93, ART.24 §II

Extremoz/RN 22 de setembro de 2023

**DAMARES DE SALES**  
**Vereador Presidente**

Rua Cel. Luiz Gonzaga C. Paiva, 45 Centro Fone(84) - 3279-2351 — C.N.P.J: 12.640.728/0001-67 e-mail: presciemextremoz@gmail.com

**Publicado por:**  
VINICIUS LORRAN DE FRANÇA DA SILVA  
**Código Identificador:** 31461107



RIO GRANDE DO NORTE, SEGUNDA-FEIRA, 06 DE NOVEMBRO DE 2023 - ANO: VI - Nº: 1771

CÂMARA MUNICIPAL DE JACANÃ - ATOS



**CÂMARA MUNICIPAL DE JACANÃ**  
Rua Manoel Fortunato de Medeiros, 100, Centro, Jacaná/RN CEP:  
59225000 CNPJ: 08.483.653/0001-80

**DESPACHO**

## TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO: 129/2023

ASSUNTO: **PEDIDO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO.**

OBJETO: Inscrição do Presidente da Câmara Municipal de Jacaná/RN, para evento realizado pela A União dos Vereadores do Brasil/UVB, nos dias 07 a 10 de novembro de 2023, Evento, UVB lança a condecoração Troféu Presidente Destaque para 2023.

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JACANÃ/RN**, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 74, *caput*, da Lei Federal n.º 14.133, de 01 de abril de 2021, o qual determina que seja inexigível a licitação, quando houver inviabilidade de competição.

### **RESOLVE:**

1 – Fica inexigível o procedimento licitatório para realização desta despesa, haja vista estarem presentes todos os requisitos legais que permitem a presente decisão;

2 – A presente despesa correrá à conta do orçamento geral vigente no exercício de 2023;

3 – A Câmara Municipal efetuará o pagamento após o trâmite normal do processo de liquidação da despesa.

## DESPACHO

Na oportunidade, RATIFICO o parecer emitido pela Comissão Permanente de Licitação, acerca do enquadramento da despesa acima especificada e determino que a despesa inserida no presente processo seja realizada, tudo dentro do que determina a legislação pertinente.

RESUMO DO PROCESSO
Licitação nº 000037/2022
Inexigibilidade de Licitação nº 06/2022
Credor: <b>PLENARIA ASSESSORIA E GESTAO DE EVENTOS LTDA</b>
CPF/CNPJ: <b>18.336.780/0001-00</b>
Valor Final: R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais)

RIO GRANDE DO NORTE, SEGUNDA-FEIRA, 06 DE NOVEMBRO DE 2023 - ANO: VI - Nº: 1771

Item	Cód.	Descrição	Unidade	Quantidade
1	0015552	Inscrição evento realizado pela A União dos Vereadores do Brasil/UVB, nos dias 07 a 10 de novembro de 2023, Evento, UVB lança a condecoração Troféu Presidente Destaque para 2023	INSCRIÇÃO	01

Jaçanã/RN, 24 de outubro de 2023.

**VICTOR NASCIMENTO DOS SANTOS**  
Presidente

**Publicado por:**  
Victor Nascimento dos Santos  
**Código Identificador:** 80570083

RIO GRANDE DO NORTE, SEGUNDA-FEIRA, 06 DE NOVEMBRO DE 2023 - ANO: VI - Nº: 1771

## CÂMARA MUNICIPAL DE JACANÃ - ATOS



### CÂMARA MUNICIPAL DE JACANÃ

Rua Manoel Fortunato de Medeiros, 100, Centro, Jaçanã/RN CEP: 59225000

CNPJ: 08.483.653/0001-80

Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil

**Ratificação Termo  
de Inexigibilidade**

## PRESIDENTE DA CÂMARA

### **RATIFICAÇÃO REFERENTE AO TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

O Presidente da Câmara Municipal de Jaçanã/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e ainda, ancorada na norma inscrita no Art. 74, "caput", da Lei Regente, considerando o incomensurável interesse público; considerando também, as conclusões formalmente motivadas no Parecer Jurídico, HOMOLOGA e RATIFICA o ATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, junto a **PLENARIA ASSESSORIA E GESTAO DE EVENTOS LTDA** para a Inscrição do Presidente da Câmara Municipal de Jaçanã/RN, para evento realizado pela A União dos Vereadores do Brasil/UVB, nos dias 07 a 10 de novembro de 2023, Evento, UVB lança a condecoração Troféu Presidente Destaque para 2023, no valor global de R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais), ancorado no Art. 74, III, da Lei federal 14.133/2021.

Jaçanã/RN, 25 de outubro de 2023.

Victor Nascimento dos Santos  
Presidente

**Publicado por:**  
Victor Nascimento dos Santos  
**Código Identificador:** 74473176

**RIO GRANDE DO NORTE, SEGUNDA-FEIRA, 06 DE NOVEMBRO DE 2023 - ANO: VI - Nº: 1771**

## **Expediente:**

**Federação das Câmaras Municipais do Rio Grande do Norte - FECAMRN**

### **BIÊNIO 2023/2025**

#### **PRESIDENTE - Wolney Freitas de Azevedo França**

1º Vice - Presidente: Fábio Rodrigues Dias

2º Vice - Presidente: Josue Gomes de Moura Junior

3º Vice - Presidente: Rosemary Fernandes Aquino Queiroz

4º Vice - Presidente: Azenate Da Câmara Cruz

1º Secretário: Alan Oliveira Do Amaral

2º Secretário: Rosemberg Monteiro de Carvalho

1º Tesoureiro: Ivanildo Dos Santos da Costa

2º Tesoureiro: Fabrício de Sousa Carvalhos

### **CONSELHO FISCAL**

Conselheira Fiscal Titular: Maria Fernanda Simas Teixeira de Carvalho

Conselheira Fiscal Titular: Marli de Medeiros Dantas

Conselheiro Fiscal Titular: Darlison Gonzaga de Souza

Conselheiro Fiscal Titular: Denilson da Costa Gadelha

Conselheiro Fiscal Titular: Josimar Farias da Silva

### **SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL**

Conselheiro Fiscal Suplente: Manoel Rodrigues da Silva

Conselheiro Fiscal Suplente: José Alves Bento

Conselheiro Fiscal Suplente: Andre Wallace Pinto Cavalcante

### **COORDENAÇÕES REGIONAIS**

Coordenador da Região Oeste: Alan Campos Alves

Coordenador da Região Médio Oeste: Vittor Moallysson Santos de Melo

Coordenadora da Região Vale Do Assú: Maria Elisangela Albano

Coordenador da Região Central: Francimacio Alves Batista

Coordenador da Região Seridó Ocidental: Aprigio Pereira de Araujo Neto

Coordenador da Região Seridó Oriental: Ycleyber Trajano da Silva

Coordenador da Região Trairi: Victor Nascimento Dos Santos

Coordenador da Região Mato Grande: Fábio Fidele Ferreira

Coordenador da Região Potengi: Antércio Pereira da Silva

Coordenador da Região Salineira: Renan de Lima Souza

Coordenador da Região Metropolitana: Alexandre Cesar Veras de Freitas

Coordenador da Região Agreste: Kleber Maciel de Souza

O Diário Oficial das Câmaras municipais do Estado do Rio Grande do Norte é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.